

STF decide: Planalto

tem a obrigação de

pagar UTI para Covid



“O vírus anda rápido e o governo, quando age, se atrasa”, diz Flávio Dino

A ministra Rosa Weber, do STF, acolheu, no sábado (27), pedido feito pelas procuradorias dos estados do Maranhão e de São Paulo e determinou que o Ministério da Saúde volte a financiar leitos de UTI (unidade de terapia intensiva) dos dois estados destinados a pacientes com Covid-19. “O coronavírus anda muito rápido. Enquanto isso, o governo federal, quando age, se atrasa. Foi assim com as vacinas e está sendo assim com esse grave problema dos leitos”, disse Dino em entrevista à CNN no início do mês. **Página 3**



17 governadores, em carta conjunta, acusam Bolsonaro de mentir sobre o envio de verbas
Em carta aberta, 17 governadores responderam à fake news de Bolsonaro dizendo que ele teria feito grandes repasses aos estados para o combate à pandemia e insinuando que os governadores não estariam fazendo uso adequado dos recursos. Ele “parece priorizar a criação de confrontos” num momento em que o país precisa de ação conjunta”, disseram os governadores. **Pág. 3**

IBGE: Está faltando emprego para 32 milhões de brasileiros

Roberto Parizotti

Um total de 32 milhões de brasileiros não tinham emprego no último trimestre de 2020, apontam dados da pesquisa PNAD Contínua do IBGE, divulgados nesta sexta-feira (26), que mostram que, deste contingente, 5,8 milhões desistiram de procurar por vagas de trabalho, “por não encontrarem na localidade em que vivem ou por medo de se exporem ao vírus”, destacou o órgão. “Pela primeira vez na série anual, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%”, afirma a nota do IBGE. **Página 2**



Prometeu gasolina a R\$ 2,50 e gás de cozinha a R\$ 35. Gasolina chegou a R\$ 5,50 e botijão de gás a R\$ 105

O estelionato eleitoral nos preços do gás e combustíveis

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro prometeu que iria derrubar os preços da gasolina para no máximo R\$ 2,50 e que o preço do botijão de gás de cozinha não passaria de R\$ 35 e pro-

meteu mundos e fundos aos caminhoneiros com a redução do diesel e ajustes na tabela de frete. Após dois anos de mandato, o litro da gasolina já atingiu R\$ 5,50, o botijão de gás chegou a R\$ 105 e o preço

do diesel disparou, levando os caminhoneiros este ano a se mobilizarem e cobrarem as promessas de campanha. Diante da mobilização dos caminhoneiros e ameaça de nova greve nacional este ano,

Bolsonaro tentou culpar os governadores pelo aumento do diesel, os postos de gasolina, trocou o presidente da Petrobrás, mas disse que não vai mudar a política de preços dolarizados. **Página 2**



Reprodução CNN

Santa Catarina registra sétima morte na fila de espera para UTI, que já tem 155 pacientes

Situação de colapso atinge estados do Sul do país. Em Cascavel (PR), equipamentos do zoológico foram requisitados para atender vítimas do coronavírus. Relatório da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina mostra que 155 pessoas aguardam a liberação de um leito de UTI. **P. 4**

Pazuello mente e dá 3ª versão sobre crise de oxigênio no AM

O governo Bolsonaro mudou pela terceira vez a data em que diz ter sido informado que faltaria oxigênio medicinal nos hospitais de Manaus. Antes, tinha falado que foi no dia 8 de janeiro. Em depoimento à Polícia Federal, disse que foi no dia 10 e, agora, diz que foi no dia 17. A mentira virou rotina no governo. **Pág. 3**

Sem corrigir IR, governo cobra mais de quem recebe menos

Mais uma vez o governo não irá corrigir a tabela do Imposto de Renda (IR), acarretando em aumento de impostos, principalmente para aqueles que recebem menos. Sem a correção, promessa de campanha de Bolsonaro em 2018, a tabela do IR chega a este ano com defasagem de 113,09%, de acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal. **P. 5**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

União fica com apenas R\$ 2,9 bilhões dos R\$ 10,3 bilhões de dividendos da Petrobrás

O Conselho de Administração da Petrobrás comunicou a decisão de pagar R\$ 10,3 bilhões em dividendos da companhia, com base no resultado de 2020, aos acionistas da empresa, grande parte estrangeiros. Deste valor, a União receberá apenas R\$ 2,9 bilhões. O anúncio foi feito na quarta-feira (24) e o montante equivale a R\$ 0,787446 por ação ordinária e preferencial em circulação e a nada menos que 5% do capital social da companhia.

Os pagamentos serão realizados após decisão aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em abril. “O dividendo proposto, superior ao mínimo obrigatório, foi possibilitado pela forte geração de caixa alcançada pela companhia em 2020 e está alinhado ao compromisso de geração de valor para os acionistas”, diz nota divulgada pelo conselho da companhia.

A fixação em atender a qualquer custo os interesses dos acionistas estrangeiros, que, como vemos, ficam com a maior parte dos dividendos, enquanto uma parte menor vai para a União, fez com que a Petrobrás mudasse, em outubro do ano passado, a política de distribuição de dividendos. A partir dessa mudança, mesmo tendo prejuízo, a Petrobrás poderá pagar dividendos aos seus acionistas.

Ou seja, a direção da Petrobrás passou a desvincular a existência do lucro contábil como condição para sua decisão de pagar dividendos aos sócios. Os pagamentos passam a ser possíveis enquanto a companhia possuir reservas de lucros que viabilizam essa distribuição. “Tendo isso em mente, essa decisão da Petrobrás segue em linha com as normas legais que estabelecem justamente a obrigação de distribuir dividendos quando os recursos não estão sendo utilizados de forma justificada pela companhia”, diz a direção da estatal.

O lucro da Petrobrás em 2020 foi de R\$ 7 bilhões. Este lucro, expresso no balanço divulgado pela empresa, foi obtido após a reversão do resultado do 4º trimestre. Neste período, a companhia registrou um lucro de R\$ 58,89 bilhões. Esse número não teve relação com o desempenho operacional da companhia naquele ano, que foi prejudicado pelo ano de pandemia. Razões que embasavam a expectativa, por parte do mercado financeiro, de que o resultado seria de R\$ 47,73 bilhões de prejuízo.

“Esse número muito acima de qualquer projeção se deveu à mecânica contábil como a reversão de impairment (deterioração de ativos na contabilidade) de R\$ 31 bilhões, ganhos cambiais de R\$ 20 bilhões e reversão de gastos passados do plano AMS (plano de saúde da Petrobras), em R\$ 13,1 bilhões, decorrente da revisão de obrigações futuras da empresa”, conforme o site InfoMoney. Essas manobras contábeis foram feitas sob medida para justificar a distribuição dos R\$ 10,3 bilhões em dividendos, permitindo, com isso, o rateio dos lucros num ano de prejuízos.

O valor a ser pago, conforme a nota do conselho, R\$ 5,7 bilhões, é referente à destinação do resultado do exercício de 2020, ao que foi acrescentado de provisões deduzidas do lucro de anos anteriores. Os outros R\$ 4,6 bilhões são oriundos da conta de reserva de retenção de lucros, valores também de anos anteriores.

A decisão do atual Conselho, indicado por Guedes e Bolsonaro, está em linha com a estratégia de realização de “lucros” quanto maiores e mais distribuídos possíveis para os acionistas estrangeiros que apostaram nesse projeto.

Mesmo diante dessa situação, a direção da Petrobrás e o governo mantêm a desastrosa política de atrelamento dos preços internos dos combustíveis ao preço do barril de petróleo e ao dólar. Essa política acarreta grandes prejuízos aos usuários nacionais, sejam empresas ou consumidores.

A política para viabilizar essa estratégia é também a da queima dos ativos da Petrobrás, mal denominados plano de desinvestimento, iniciado nas administrações Foster/Bendine. Depois de entregar a BR Distribuidora e os gasodutos, o governo agora está concentrado em se desfazer das refinarias brasileiras e na exportação de grandes quantidades de petróleo cru. Nada que o governo, com a manobra de Bolsonaro de trocar o presidente da companhia, pretenda mudar, porque acha que essa política deve ter continuidade.

A resultante dessas políticas, se não forem contidas, será a de transformar a Petrobrás numa petroleira de quinta categoria, simples exploradora e exportadora de óleo cru, totalmente submissa às ações do monopólio das antigamente chamadas Sete Irmãs do petróleo, o que não faz qualquer diferença para os abutres de Wall Street, depois de encherem suas burras de dinheiro, com expedientes aprovados pelo conselho de administração da empresa.

A orientação do governo Bolsonaro à empresa contraria as políticas de Estado que presidiram os primeiros sessenta anos de êxitos da Petrobrás em segurança energética, domínio tecnológico e o desenvolvimento nacional.

Direitos Já! cobra ajuda de R\$ 600 sem cortes na Saúde e Educação

O movimento Direitos Já! Fórum pela Democracia! divulgou nesta quarta-feira (24) um documento pela imediata aprovação do auxílio emergencial e enquanto durar a pandemia da Covid-19, que será entregue à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

O movimento, que reúne lideranças de 17 partidos políticos e economistas, defende uma renda emergencial de R\$ 600, frente ao recrudescimento da pandemia e do agravamento da crise econômica, “por ser esta quantia compatível com o da cesta básica e, portanto, o minimamente necessário à subsistência das famílias”.

“A renovação do auxílio emergencial é urgente e fundamental, e não deve ser atrelada a nenhuma condicionalidade”, afirma o documento do Fórum pela Democracia, divulgado

no momento em que o governo protela a definição sobre a ajuda emergencial e condiciona a renovação do auxílio a cortes em direitos constitucionais como na saúde e na educação.

“A renovação do auxílio emergencial, por tratar-se de uma resposta a uma crise humanitária sem precedentes, similar a uma situação de guerra ou catástrofe natural, não pode estar condicionada a quaisquer outras políticas ou debates. A crise é séria, e o auxílio é emergencial. Vidas estão em jogo”, diz o documento do Direitos Já! que publicamos a seguir.

Veja a íntegra do documento dos Direitos Já! no site do HP: <https://horadopovo.com.br/movimento-direitos-ja-cobra-ajuda-de-r-600-e-repele-cortes-na-saude-e-educacao/>.

Falta emprego para 32 milhões de brasileiros, diz pesquisa do IBGE



O estelionato eleitoral de Bolsonaro

Prometeu gasolina a R\$ 2,50 e gás de cozinha a R\$ 35. Em dois anos, preços dispararam: a gasolina chegou a R\$ 5,50 e o botijão de 13 kg a R\$ 105

Na campanha eleitoral de 2018, Jair Messias Bolsonaro prometeu que iria derrubar os preços da gasolina para no máximo R\$ 2,50 e que o preço do botijão de gás de cozinha não passaria de R\$ 35 e prometeu mundos e fundos aos caminhoneiros com a redução do diesel e ajustes na tabela de frete. Após dois anos de mandato, o litro da gasolina já atingiu R\$ 5,50, o botijão de gás chegou a R\$ 105 e o preço do diesel disparou, levando os caminhoneiros este ano a se mobilizarem e cobrarem as promessas de campanha.

Diante da mobilização dos caminhoneiros e ameaça de nova greve nacional este ano, Bolsonaro tentou culpar os governadores pelo aumento do diesel, os postos de gasolina, trocou o presidente da Petrobrás, mas disse que não vai mudar a política de preços da estatal, que vai continuar atrelada ao dólar e ao mercado externo para bem dos acionistas estrangeiros e dos importadores de combustíveis.

Em mais uma afronta à paciência do povo, e dos caminhoneiros, a direção da Petrobrás, com aval de Bolsonaro, anunciou nesta segunda-feira (1/3) o quinto aumento da gasolina nas refinarias, que desde janeiro acumulou alta de 41,3%, e o quarto



aumento do diesel, também nas refinarias neste ano, um aumento acumulado de 34,1%.

O cartaz que ilustra esta matéria é da campanha à Presidência da República em 2018. Nele estão estampadas promessas eleitorais de Bolsonaro. “Nós estamos no limite do limite, não temos mais como majorar mais os preços dos combustíveis”, disse, em entrevista à Band (25/10/2018), durante a campanha.

No último domingo (28/2), os muros da capital paulista amanheceram com cartazes denunciando a carestia no governo Bolsonaro.

Os lambe-lambes, que foram espalhados por cerca de 20 pontos da cidade, lembravam anúncios de supermercados e destacavam os preços absurdamente caros dos alimentos e demais produtos essenciais do dia a dia dos brasileiros como o arroz (R\$ 40 o pacote de 5Kg), carnes (R\$ 70/Kg), gasolina (R\$ 5,50), o botijão de gás de cozinha R\$ 105) e a cesta básica (R\$ 654).

“Tá muito caro. Tá na conta do Bolsonaro. Essa conta não é nossa. O Brasil não merece isso”, escreveram os manifestantes nos cartazes da campanha “Bolsocaro”.

Bolsonaro edita Medida Provisória que tira a Eletrobrás do controle público

Jair Bolsonaro entregou ao Congresso Nacional, nesta terça-feira (23), a Medida Provisória (MP 1.031/2021) para acelerar a privatização da Eletrobrás, considerada uma das mais valiosas joias da coroa – a maior geradora de energia elétrica da América Latina, com suas subsidiárias Furnas, Chesf e Eletronorte.

“Nossa agenda de privatização continua a todo vapor. Nós queremos, sim, enxugar o Estado, diminuir o tamanho do mesmo, para que a nossa economia possa realmente dar a satisfação, dar a resposta que a sociedade precisa”, disse Bolsonaro durante o ato de entrega da medida, acompanhado dos ministros Paulo Guedes (Economia), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo).

A MP foi entregue aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que se comprometeram a dar agilidade à sua tramitação.

O deputado Artur Lira prometeu colocar a MP em discussão com “muita rapidez” e pautá-la na próxima semana no plenário da Câmara. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, declarou que a MP receberá

a devida atenção do Congresso “com a avaliação crítica, evidentemente, da maioria da Câmara, da maioria do Senado, entendendo as modificações que eventualmente devam ser feitas”.

A MP, publicada hoje no Diário Oficial da União, tem força de lei por até 120 dias e, para continuar tendo validade, precisa do aval do Congresso Nacional.

Com a MP, o governo, que é o acionista majoritário, pretende se desfazer das ações da estatal através de oferta pública, diluindo a participação da União a uma fatia próxima de 45%. A União tem 42,57% das ações ordinárias (com direito a voto) da Eletrobrás. O BNDES e o BNDESPar detêm 13,79%, e fundos de governo ficam com 2,97%.

A privatização da Eletrobrás é uma das metas de Paulo Guedes à frente do governo Bolsonaro. No ano passado tentou, em meio à discussão das medidas para conter o avanço da pandemia da Covid-19, passar sua proposta de venda da estatal. A proposta foi rejeitada, nem entrou em discussão, assim como todas as outras tentativas de aprovar no Congresso, através de projeto de lei, esse ato criminoso contra o

patrimônio público.

De acordo com especialistas, se vingar a privatização da Eletrobrás, o Brasil será o único país do mundo a vender as suas hidrelétricas.

A MP, em seu artigo 1º, § 1º, define que “A desestatização da Eletrobrás será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União.

§ 2º O aumento do capital social da Eletrobrás poderá ser acompanhado de oferta pública secundária de ações de propriedade da União ou de empresa por ela controlada, direta ou indiretamente.

§ 3º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo de desestatização da Eletrobrás.

§ 4º O BNDES poderá contratar os serviços técnicos especializados necessários ao processo de desestatização da Eletrobrás.

“Pela primeira vez na série anual, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%”

Um total de 32 milhões de brasileiros não tinham emprego no último trimestre de 2020, apontam dados da pesquisa PNAD Contínua do IBGE, divulgados nesta sexta-feira (26), que mostram que, deste contingente, 5,8 milhões desistiram de procurar por vagas de trabalho, “por não encontrarem na localidade em que vivem ou por medo de se exporem ao vírus”, destacou o órgão.

Esses trabalhadores figuram na chamada subutilização da força de trabalho, que é composta por pessoas que estão desempregadas; que trabalham menos de 40 horas semanais (subocupados), mas gostariam de trabalhar mais; que desistiram de procurar emprego (os desalentados); e aquelas que, poderiam estar ocupadas, mas não trabalham por motivos diversos, como mulheres que deixaram de trabalhar para cuidar de seus filhos, por exemplo.

Na comparação entre o quarto trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019, houve o aumento de 22,5% nesse contingente, ou mais 5,9 milhões de pessoas subutilizadas. São 13,9 milhões de desempregados, 6,8 milhões de subocupados e 11,3 milhões de pessoas, que destes, 5,5 milhões poderiam trabalhar, mas que não têm disponibilidade por algum impedimento, e 5,8 milhões desistiram de procurar emprego – maior contingente da série anual da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

Na média anual, a subutilização da força de trabalho chegou a 31,2 milhões, o maior já registrado pelo IBGE, alta de 13,1% em relação a 2019.

5G: evitar monopólio externo e desenvolver capacidade própria, aponta debate realizado na Câmara

O Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados que discute a implantação da tecnologia 5G (Internet de 5ª geração) no Brasil promoveu uma audiência pública em videoconferência, na quarta-feira (24), sobre geopolítica, segurança nacional e informação, com integrantes do governo federal e especialistas no tema. O GT é coordenado pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

A deputada colocou a questão para os debatedores, convidados a falar durante a audiência:

“O governo federal estabeleceu como um dos compromissos no edital do leilão do 5G, a exigência de uma rede privativa para o próprio governo federal, para comunicação do governo. Os senhores concordam com essa necessidade em termos de segurança cibernética? Qual o custo estimado de implantação dessa rede privativa e quais são os requisitos necessários de segurança cibernética num país como o Brasil de hoje?”

Os debatedores foram o comandante de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército no Ministério de Defesa, general Ivan de Sousa Correa Filho; o diretor do Departamento de Segurança de Informação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Marcelo Paiva Fontenele; o diretor-presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Waldemar Gonçalves Ortunho Junior; o pesquisador e professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra, Ronaldo Gomes Carmona.

Desde o início do governo Bolsonaro, a questão da tecnologia 5G ficou mais conhecida publicamente pela tentativa de excluir a participação da empresa chinesa Huawei. A política do governo – inclusive explicitada pelo próprio Bolsonaro – era a de conceder o monopólio dos equipamentos da 5G para empresas norte-americanas ou com influência do capital financeiro norte-americano.

Essa intenção provocou o repúdio das próprias operadoras estrangeiras de telecomunicações, pois boa parte da

O Brasil fechou o ano de 2020 com 13,4 milhões de desempregados, e assim, a taxa média anual foi de 11,9%, em 2019, para 13,5%, em 2020, registrando também um recorde na pesquisa. “Pela primeira vez na série anual, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%”, destacou a analista da pesquisa, Adriana Beringuy.

No último trimestre de 2020, a taxa de desocupação caiu para 13,9%, após ter atingido a marca histórica de 14,6% no terceiro trimestre. Adriana explica que “o recuo da taxa no fim do ano é um comportamento sazonal por conta do tradicional aumento das contratações temporárias e aumento das vendas do comércio”, disse a analista da pesquisa.

“O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos), estimado em 29,9 milhões de pessoas, cresceu 1,8% (mais de 519 mil pessoas) frente ao trimestre anterior. Já no confronto com o trimestre de outubro a dezembro de 2019, o contingente caiu 11,2% (menos 3,8 milhões de pessoas). A média anual ficou em 30,6 milhões de pessoas, menor contingente da série anual, e recuou 7,8% (menos 2,6 milhões) em relação a 2019”, aponta o IBGE.

De acordo com o IBGE, em 2020, a taxa de informalidade chegou a 38,7% da população ocupada. São 33,3 milhões de trabalhadores informais (pessoas que trabalham sem carteira assinada, por conta própria, que vivem de bicos) ao todo no país.

tecnologia atual já tem como base equipamentos produzidos por empresas chinesas. Conceder um monopólio às empresas norte-americanas (e por mera submissão a Trump) significaria jogar fora o equipamento atual para construir redes 5G a partir do zero, ou seja, sem aproveitar o que já existe, que tem origem chinesa.

Porém, após a derrota de Trump nas eleições, o governo recuou dessa intenção – agora, segundo anunciou o ministro das Comunicações, Fábio Faria, no último dia 26, o governo está querendo impedir a Huawei e outras empresas chinesas de participar da rede 5G privativa do governo, mas não da rede 5G em geral do país.

Ainda é um ato de submissão, pois isso significa conceder um monopólio, a uma única empresa ocidental, nos equipamentos da rede privativa do governo.

Assim, no momento, toda a questão sobre a tecnologia 5G no Brasil se concentra nessa divisão entre a rede privativa do governo e a rede (ou as redes) 5G no conjunto do país.

Daí a questão formulada pela deputada Perpétua Almeida.

O Comandante de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército do Ministério de Defesa, general Ivan de Souza Correa Filho, respondendo à deputada, afirmou que “a segurança cibernética é apoiada em três pilares principais: confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações que estejam num sistema informatizado. A confidencialidade tem muito a ver com a rede privativa do governo – e vem sendo adotada em diversos países”.

“A rede privativa, não só do 5G, não é uma boa prática somente para o governo”, afirmou. “Quando o 5G estiver efetivamente sendo implementado no país, as principais indústrias, as principais instituições, todas devem adotar redes 5G privativas, porque isso traz mais segurança”.

(Continua em horadopovo.com.br).

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Marcelo Camargo/Agência Brasil

PF pediu, mas Augusto Aras barrou busca e apreensão na residência de Fabio Wajngarten

Chefe da Secom é investigado pelo STF no inquérito dos atos golpistas

Em processo de desembarque do comando da Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência da República, o empresário Fabio Wajngarten é investigado pela Polícia Federal (PF) no inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre financiamento e organização de atos antidemocráticos e chegou a ser alvo de pedido de busca e apreensão no final de julho de 2020.

A Procuradoria-Geral da República (PGR), comandada por Augusto Aras, se manifestou contra a solicitação dos investigadores, que acabou não ocorrendo. O argumento da equipe de Aras foi de que não havia lastro mínimo concreto que justificasse vasculhar a residência de Wajngarten e que as buscas poderiam ser substituídas por medidas menos invasivas.

A PF também pediu buscas na Secom, localizada no Ministério das Comunicações. A PGR também foi contra.

MEDIDA CAUTELAR

Objetivo da medida solicitada pela PF era de avançar sobre a suspeita de que o governo federal, por meio da Secretaria comandada pelo empresário, repassava de forma indireta dinheiro de publicidade para páginas bolsonaristas que estimularam atos antidemocráticos.

O pedido, feito em junho, foi encaminhado a Alexandre de Moraes. Relator do caso no Supremo, ele enviou o documento para a PGR se manifestar a respeito. O papel retornou ao gabinete do ministro no final de agosto, com a negativa para as buscas.

CONSPIRAÇÃO A FAVOR DO GOVERNO

Em novembro, Moraes mandou a resposta da PGR para a PF dessa vez opinar. A delegada do caso então disse não ser mais necessária a diligência pelo tempo que já havia passado, de mais de quatro meses.

Ao ser contra o pedido da PF, a PGR argumentou que até ali não havia provas contra os agentes públicos e indicou a necessidade da delegada primeiro realizar outros tipos de diligências, além de analisar os materiais que tinham sido coletados nas buscas anteriores.

A PGR também apontou que havia tentativa de direcionar os fatos aos investigados e que eles não estariam relacionados ao conjunto de provas acumuladas. A suspeita sobre Wajngarten é de que ele teria repassado informações enviadas pelo Google ao governo federal, para Allan dos Santos, do site Terça Livre, que também é investigado no inquérito.

Cópias de documentos da empresa de tecnologia foram encontradas em um computador do blogueiro DURR busca feita em junho, solicitada pela PGR.

Segundo o pedido da PF, que não foi em frente, as buscas na Secom e na casa de Wajngarten eram importantes para coletar informações com servidores, documentos e contratos com a finalidade de entender a dinâmica do repasse de publicidade federal para sites e páginas na internet.

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo em maio de 2020 mostrou como o canal de YouTube, Terça Livre TV, que pertence a Allan dos Santos, consta na planilha da secretaria de veículos que receberam anúncios do governo.

ENTENDA O CASO

A Secom contrata agências de publicidade que compram espaços por meio do Google Adsense para veicular campanhas em sites.

O anunciante escolhe que tipo de público quer atingir, em que tipos de sites não quer que sua campanha seja veiculada e quais palavras-chave devem ser vetadas. Então o Google distribui os anúncios para sites ou canais do YouTube que cumpram os critérios estabelecidos pelo anunciante.

A PF investiga se houve alguma ação ou omissão de agentes públicos da Secom na distribuição do dinheiro de publicidade para veículos que produziram e distribuíram conteúdos com ataques às instituições e contra a democracia.

Como mostrou o PAINEL da Folha de S. Paulo em janeiro, a delegada do caso, Denisse Ribeiro, encaminhou em dezembro do ano passado relatório ao ministro Alexandre de Moraes em que lista as diligências feitas e indicou não ter encontrado, por ora, elementos suficientes para indiciar pessoas pela realização ou financiamento de atos antidemocráticos.

Embora tenha apontado no relatório outros casos a serem investigados em inquéritos separados, a delegada afirmou que sobre o repasse de recursos de publicidade pela Secom não foi possível chegar a uma conclusão.

A CNN revelou trecho do relatório. A delegada afirmou que “não foi possível obter informações aptas a verificar se a Secom adotou medidas que impedissem o direcionamento de recursos federais aos canais”.

A investigadora disse ainda que apesar de a PF não ter “conseguido utilizar determinados meios de obtenção de prova (busca e apreensão, acesso ao conteúdo obtido pela CPMI [das Fake News], por exemplo)” é preciso aprofundar a apuração.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

M. V.

Com informações da Folhapress e BBC Brasil

STF determina que o governo pague leitos de UTI a Estados

Reprodução



“O governo federal, quando age, se atrasa”, afirmou o governador Flávio Dino

Em carta, dezessete governadores acusam Bolsonaro de mentir sobre envio de verbas

Ele “parece priorizar a criação de confrontos”, dizem os governadores

dores na carta.

Os dirigentes estaduais também disseram que Bolsonaro “parece priorizar a criação de confrontos” num momento em que o país precisa de ação conjunta entre União, estados e municípios para enfrentar o momento mais agudo da pandemia. O Brasil está vivendo a pior crise sanitária dos últimos cem anos. O número de mortos já se aproxima de 255 mil e a cada dia cerca de mil pessoas morrem vítimas da Covid-19. Enquanto isso, Bolsonaro não compra vacina, desrespeita as normas de segurança e prega contra o uso de máscara.

Eles acrescentaram ainda que os valores listados por Bolsonaro são usados para ações em várias áreas, como: “educação, segurança, estruturas de atendimento da saúde, justiça, entre outras”. E lembraram que o governo federal dispõe dos mecanismos para assegurar que os recursos estão sendo aplicados.

“Em relação aos recursos efetivamente repassados para a área de Saúde, parcela absolutamente minoritária dentro do montante publicado hoje, todos os instrumentos de auditoria de repasses federais estão em vigor. A estrutura de fiscalização do governo federal e do Tribunal de Contas da União tem por dever assegurar aos brasileiros que a finalidade de tais recursos seja obedecida por cada governante local”, completaram.

O governador do Espírito Santo Renato Casagrande também criticou o comportamento de Bolsonaro no pior momento vivido pelo país em um ano de pandemia. “Hoje temos 20 estados com dificuldades de atender às pessoas que precisam de UTI. E o presidente, na semana do pior momento da pandemia, dá uma declaração menosprezando as máscaras.

A carta desmonta a tentativa do governo de aparentar que está fazendo alguma coisa, quando, na verdade, sabota o tempo todo a luta contra a Covid-19.

“Nesse sentido, veiculada nas redes sociais da União e do presidente da República, a mensagem contabiliza majoritariamente os valores pertencentes por obrigação constitucional aos estados e municípios, como os relativos ao FPE [Fundo de Participação dos Estados], FPM [Fundo de Participação dos Municípios], FUNDEB [fundo para a educação], SUS, royalties, tratando-os como uma concessão política do atual governo federal”, escreveram os governa-

dores na carta.

Os dirigentes estaduais também disseram que Bolsonaro “parece priorizar a criação de confrontos” num momento em que o país precisa de ação conjunta entre União, estados e municípios para enfrentar o momento mais agudo da pandemia. O Brasil está vivendo a pior crise sanitária dos últimos cem anos. O número de mortos já se aproxima de 255 mil e a cada dia cerca de mil pessoas morrem vítimas da Covid-19. Enquanto isso, Bolsonaro não compra vacina, desrespeita as normas de segurança e prega contra o uso de máscara.

Eles acrescentaram ainda que os valores listados por Bolsonaro são usados para ações em várias áreas, como: “educação, segurança, estruturas de atendimento da saúde, justiça, entre outras”. E lembraram que o governo federal dispõe dos mecanismos para assegurar que os recursos estão sendo aplicados.

“Em relação aos recursos efetivamente repassados para a área de Saúde, parcela absolutamente minoritária dentro do montante publicado hoje, todos os instrumentos de auditoria de repasses federais estão em vigor. A estrutura de fiscalização do governo federal e do Tribunal de Contas da União tem por dever assegurar aos brasileiros que a finalidade de tais recursos seja obedecida por cada governante local”, completaram.

O governador do Espírito Santo Renato Casagrande também criticou o comportamento de Bolsonaro no pior momento vivido pelo país em um ano de pandemia. “Hoje temos 20 estados com dificuldades de atender às pessoas que precisam de UTI. E o presidente, na semana do pior momento da pandemia, dá uma declaração menosprezando as máscaras.

Reprodução/CNN



Leitos de UTI para pacientes de Covid-19

Depois da decisão liminar do STF, o governador Flávio Dino (PCdoB) tuitou: “fica evidenciado que não se cuida de um ‘favor’, e sim de um DIREITO dos estados e um DEVER do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS”. São Paulo também foi beneficiado pela decisão

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu, no sábado (27), pedido feito pelas procuradorias dos estados do Maranhão e de São Paulo e determinou que o Ministério da Saúde volte a financiar leitos de UTI (unidade de terapia intensiva) dos dois estados destinados a pacientes com Covid-19. A intimação das partes ocorreu neste domingo (28).

A “queda de braço” entre os dois governos estaduais e o Federal começou no início do mês. “O coronavírus anda muito rápido. Enquanto isso, o governo federal, quando age, se atrasa. Foi assim com as vacinas e está sendo assim com esse grave problema dos leitos”, disse Dino em entrevista à CNN no início do mês.

O pedido do governo do Maranhão foi o primeiro, feito no dia 8 de fevereiro, questionando o porquê de o governo federal interromper a habilitação e custeio desses leitos em dezembro — o que deixou o pagamento integralmente a cargo do governo estadual. O pedido paulista foi feito dois dias após o do Maranhão no STF.

DECISÃO DO STF

“STF deferiu liminar determinando ao Ministério da Saúde repasses financeiros relativos a LEITOS de UTI no Maranhão. Ou seja, fica evidenciado que não se cuida de um ‘favor’, e sim de um DIREITO dos estados e um DEVER do governo federal, segundo a Constituição e legislação do SUS”, tuitou Dino, na manhã deste domingo.

O Supremo, por demanda tem impedido ou atenuado a tragédia que consome o país e encontra guarida no negacionismo do governo. O governo brasileiro é hoje o único do mundo, que ao invés de combater e facilitar o combate ao coronavírus, faz o contrário.

Pazuello mente e muda novamente versão sobre o colapso em Manaus

Alan Santos/PR

O governo Bolsonaro mudou de novo a data em que diz ter sido informado que faltaria oxigênio medicinal nos hospitais de Manaus. Antes, tinha falado que foi no dia 8 de janeiro. Em depoimento à Polícia Federal, disse que foi no dia 10 e, agora, diz que foi no dia 17.

Um documento enviado para o Supremo Tribunal Federal (STF), no domingo (28), pelo secretário-executivo do Ministério da Saúde, Antônio Elcio Franco Filho, diz que as informações passadas pelo Ministério e pelo ministro Eduardo Pazuello, que também são conflitantes entre si, estão erradas.

Segundo ele, o Ministério da Saúde só foi informado da falta de oxigênio medicinal nos hospitais de Manaus no dia 17 de janeiro e que o e-mail da empresa White Martins, responsável pelo fornecimento do produto no estado do Amazonas, só teria sido enviado para a Secretaria Estadual de Saúde.

“O mencionado e-mail foi enviado pela empresa White Martins em 07 de janeiro de 2021, tendo como único e exclusivo destinatário a Secretaria Estadual de Saúde do estado do Amazonas, ou seja, o Ministério da Saúde, em momento algum, teve ciência da correspondência eletrônica recebida pelo gestor amazonense, onde fora mencionado acerca do possível desabastecimento do oxigênio”, disse Elcio Franco.

O documento foi enviado pelo secretário-executivo para o STF depois que o depoimento do ministro Pazuello foi tornado público. Ele o enviou para tentar “verificar a possibilidade de adotar as providências necessárias no sentido de se fazer a correção dessa informação junto ao Supremo Tribunal Federal, com a urgência que o caso requer”.

O auge da falta de oxigênio em Manaus foi entre os dias 14 e 15 de janeiro. Durante esses

“Intime-se a ré para imediato cumprimento. Intime-se, simultaneamente, as partes, para que, no prazo de cinco dias, se manifestem sobre o interesse no encaminhamento dos autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal”, determina a ministra relatora nas duas decisões.

ENTENDA O CASO

Segundo a ação cível originária do Maranhão, em dezembro de 2020, dos 20.770 leitos então em uso no Brasil, 12.003 estavam habilitados, ou seja, estavam com o financiamento do Ministério da Saúde.

“Em janeiro/2021, esse número reduziu para 7.017 e em fevereiro será de apenas 3.187, exatamente no momento em que se constata alta crescente no número de casos por todo o país e a vacinação ainda é incipiente para causar qualquer efeito de diminuição de casos”, está escrito no pedido.

No caso do Maranhão, em 2020 o Ministério da Saúde havia habilitado 216 leitos exclusivos para Covid-19. Todos foram desabilitados em dezembro.

Segundo informações do governo estadual, houve o pedido ao Ministério da Saúde para habilitação imediata de 119 leitos, o que foi recusado. Depois, em janeiro, a solicitação foi feita novamente, sem resposta.

Hoje, dos 268 leitos exclusivos para Covid-19 em funcionamento na rede estadual, nenhum está habilitado pelo Ministério da Saúde. No caso de São Paulo, o STF determina o custeio de 3.258 leitos de UTI que tiveram verba cortada pelo ministério.

Segundo a ação da procuradoria paulista, em dezembro, o governo federal mantinha pagamento para 3.822 leitos de UTI e esse ano passou a pagar pelo funcionamento de apenas 564.



Pazuello, ministro da Saúde

dias, pelo menos 30 pacientes, tanto internados por conta da Covid-19 quanto por outras doenças, morreram sufocados dentro dos hospitais.

A primeira informação dada pelo Ministério da Saúde foi de que tinha sido informado da iminente falta de oxigênio em Manaus no dia 7 de janeiro, através de um e-mail enviado pela White Martins. Essa informação chegou a ser reiterada por Eduardo Pazuello em uma entrevista dada no dia 18 do mesmo mês.

Na entrevista, Pazuello disse que recebeu uma carta afirmando “que poderia haver falta de oxigênio, se não houvesse ações para que a gente mitigasse esse problema”.

Mais tarde, em depoimento dado à Polícia Federal, Pazuello afirmou que nunca recebeu nenhum e-mail da White Martins e que nenhum outro contato informal foi feito com a empresa.

De acordo com ele, o Ministério só ficou sabendo que faltaria oxigênio nos hospitais no dia 10 de janeiro, em uma reunião com o governador do Amazonas, Wilson Lima.

O depoimento foi prestado no âmbito do inquérito que corre no STF para investigar a omissão de Pazuello frente à crise sanitária no Amazonas.

Prefeitos anunciam consórcio público para compra de vacinas

Segundo Frente dos Prefeitos iniciativa acontece diante da lentidão do governo Bolsonaro em adquirir vacinas. “Não podemos ficar assistindo de braços cruzados”

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) realizou, nesta segunda-feira (1º), uma reunião para criação do consórcio público para compra de vacinas contra a Covid-19 com a participação de aproximadamente mil municípios, dos quais pouco mais de cem já assinaram o documento oficial de adesão ao consórcio.

A criação do consórcio para compra de vacinas contra a Covid-19 recebeu 100 adesões já nesta segunda-feira, primeiro dia para manifestação de interesse por parte de prefeitos e prefeituras.

O movimento liderado pela Frente Nacional de Prefeitos deu prazo até sexta-feira (5) para que os municípios façam a adesão ao consórcio. A expectativa da Frente é que a constituição do consórcio seja concluída até 22 de março. A partir dessa data, o consórcio iniciará a negociação da compra dos imunizantes diretamente com os laboratórios.

A FNP decidiu criar o consórcio diante da sabotagem realizada pelo governo federal ao Plano Nacional de Imunização. Tanto Bolsonaro quanto o seu ministro Eduardo Pazuello não possuem qualquer prioridade em adquirir as vacinas contra a Covid-19, em meio ao aumento dos casos da doença no país.

O Brasil vive a fase mais dramática desde o início da pandemia de coronavírus. O país contabilizou 255.836 óbitos por Covid-19 neste ano, segundo levantamento do consórcio de veículos de imprensa. A média móvel de mortes no Brasil nos últimos 7 dias chegou a 1.223, o quinto recorde batido nos últimos seis dias. A variação foi de +16% em comparação à média de 14 dias atrás, indicando tendência de alta nos óbitos pela doença.

LIMITE

“Nossa primeira opção é que as compras de vacinas sejam feitas pelo governo federal. Mas não podemos ficar de braços cruzados”, disse o presidente da FNP e ex-prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB-SP), mas reforçou que a orientação aos prefeitos e prefeituras diante do cenário iminente de colapso da saúde é de que os prefeitos “lançam mão de todos os instrumentos que têm para evitar a situação dramática de ter de escolher entre quem vai viver ou morrer”.

“Chegamos, hoje, ao limite da assistência. Os prefeitos sofrem pressão para buscar alternativas”, afirmou Donizette. O executivo disse que a frente vai avançar em conversas com fabricantes de vacinas que vinham sendo travadas individualmente por alguns prefeitos.

Questionado sobre o uso de recursos municipais, uma vez que os prefeitos têm reclamado da falta de dinheiro para a assistência aos casos de Covid-19, Jonas Donizette lembrou que o projeto no Senado prevê que, em falha do Programa Nacional de Imunização (PNI), os municípios podem adquirir as doses e receber o

reembolso do governo federal.

“Queremos que o governo vá atrás de todas as vacinas. O que não pode são os prefeitos ficarem assistindo de braços cruzados. Superamos o debate se a vacina faz mal ou não. A população quer se vacinar. Em sua ampla maioria, a população sabe que a vacinação é a solução para o problema”, defende Donizette.

“Nós vamos adquirir o maior número possível. A nossa primeira opção é a que nós vamos lutar mais. Temos a palavra do ministro de que não faltaria dinheiro para a compra de vacinas. Se conseguirmos os recursos do governo federal, todas vão para o Programa Nacional de Imunização (PNI). Se não, os municípios que entrarem com cota de participação receberão doses proporcionais ao investimento que fizeram”, disse Donizette.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que estados e municípios podem comprar e fornecer vacinas contra a covid-19 caso o Plano Nacional de Vacinação seja descumprido ou não haja vacinas suficientes para imunizar a população.

CONSORCIO

“O importante é ter já essa estrutura pronta. Há cerca de 200 vacinas em estudo no mundo, logo haverá uma oferta ampla de imunizantes. Se o governo federal demorar para negociar a compra, o consórcio poderá juntar esforços para acelerar a vacinação”, disse o advogado Rusvel Beltrame, que assessora juridicamente a formação do consórcio.

“O consórcio vai ser para vacina, mas também ficará aberto para insumos, como por exemplo, oxigênio. A intenção não é concorrer com o Governo Federal. Queremos fazer uma somatória de esforços. Os prefeitos estão sendo muito demandados, principalmente agora que chegamos a uma situação limite de assistência. E em um momento que se fala em fechar a economia novamente”, completou Donizette.

O presidente da FNP disse ainda que existem várias negociações sendo feitas por gestores municipais em todo o Brasil, incluindo a vacina russa Sputnik V. Ela é produzida no Brasil pela farmacêutica União Química. Ontem, o governo do Pará anunciou que também está em tratativa para adquirir doses do imunizante, ainda sem aval da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

“A FNP mantém um contato estreito com unidades internacionais, que já está em andamento. A gente sabe que existe um recurso, podemos ter acesso a linha de crédito. A Luiza Trajano (dona do Magazine Luiza) se colocou à disposição. Na reunião, colocamos um vídeo dela e um questionário que ela está mandando para as prefeituras. Não para compra da vacina, mas para estruturar as prefeituras”, disse Donizette.

enfermagem Zeni Bueno Pereira, que atuava na linha de frente do combate ao coronavírus em Itajaí. Ela morreu no Hospital Santo Antônio, em Itapema, aguardando a liberação de uma vaga de UTI.

Profissionais de saúde que trabalham nos hospitais do Estado têm relatado uma explosão na necessidade de internações. Em entrevista, o superintendente de Regulação na Secretaria de Estado da Saúde, Ramon Tartari, confirmou que os pacientes que chegam às UTIs em SC são mais jovens, sem comorbidades, e em estado mais grave do que ocorria em outros momentos da pandemia.

A internação provisória de pacientes graves, fora do ambiente de UTI, é a solução possível, mas arriscada, já que está longe de ser a ideal. A médica anestesiológica Karin Schemes, do Hospital Caridade, em Florianópolis, explica que as unidades de terapia intensiva são ambientes muito bem controlados – o que é fundamental para pacientes em estado grave.

“Os pacientes de Covid são extremamente graves. Quando está entubado, é monitorado na UTI o volume de ar que entra e sai, as curvas de ventilação, piora e melhora. Tem monitores na central de enfermagem, e mesmo quando o profissional não está dentro do quarto, visualiza a situação minuto a minuto. A ventilação é feita por aparelhos, e todo aparelho é sujeito a falhas. Se parou, entupiu, desconectou, isso é visto de forma imediata. Isso não ocorre nas enfermarias e ambientes fora da UTI”, disse.

Com 155 pacientes na fila, Santa Catarina registra mortes por falta de vaga em UTIs

Um relatório interno da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina mostra que 155 pessoas estavam na fila de espera por um leito de UTI em decorrência da Covid-19. Os dados desta segunda-feira (01) apontam a existência de pessoas nessa condição em todas as regiões do Estado. Ao menos sete pacientes já vieram a óbito por falta de vaga nas UTIs do estado.

Entre os pacientes, cerca de 90 estavam na lista de regulação da Secretaria de Estado da Saúde como passíveis de transferência para outras regiões, caso abrissem vagas. Pessoas que não têm condições de viagem, por exemplo, devido ao estado delicado de saúde, não foram incluídas nessa lista.

Os pacientes da lista de espera estão internados de forma improvisada, em enfermarias, pronto-atendimentos (UPAs) e até em corredores de hospitais. Eles têm auxílio de ventilação mecânica, e há casos de intubação fora do ambiente de UTI. A vaga em terapia intensiva é necessária porque garante assistência adequada e melhores chances de recuperação.

De todas as regiões, a região do oeste catarinense é onde há mais pessoas na fila de espera por leitos de UTI. No sábado, eram 89. Em seguida vem a região de Joinville, com 26 pessoas aguardando vaga. As duas regiões têm também demanda reprimida por leitos de enfermaria. Em Chapecó, 38 pessoas estavam nessa fila de espera. Em Joinville, cinco.

Até agora, pelo menos sete pessoas morreram na fila de espera por um leito de UTI em Santa Catarina. Entre elas, a técnica em



Encontro contou com a participação de representantes de mil municípios

Rosa Weber critica a “omissão e negligência com a saúde coletiva”

Na decisão de sábado (27) em que determinou que o Ministério da Saúde volte a custear leitos de UTI para pacientes com Covid-19 nos estados da Bahia, do Maranhão e de São Paulo, a ministra Rosa Weber, do STF, criticou o “discurso negacionista” do governo Bolsonaro e defendeu que as ações federais sejam respaldadas por critérios técnicos e científicos.

“O discurso negacionista é um desserviço para a tutela da saúde pública nacional. A omissão e a negligência com a saúde coletiva dos brasileiros têm como consequências esperadas, além das mortes que poderiam ser evitadas, o comprometimento, muitas vezes crônico, das capacidades físicas dos sobreviventes que são significativamente

subtraídos em suas esferas de liberdades”, disse Rosa Weber em sua decisão.

Segundo a ministra, “não é lógico nem coerente, ou cientificamente defensável, a diminuição do número de leitos de UTI em um momento desafiador da pandemia, justamente quando constatado um incremento das mortes e das internações hospitalares”.

Weber destacou ainda que é preciso exigir que as ações do governo federal sejam respaldadas por critérios técnicos e científicos, “e que sejam implantadas, as políticas públicas, a partir de atos administrativos lógicos e coerentes”. “E não é lógico nem coerente, ou cientificamente defensável, a diminuição do número de leitos de UTI em um momento desafiador da pandemia, justamente quando constatado um in-

cremento das mortes e das internações hospitalares”, pontuou a ministra.

Ao justificar a decisão que atendeu ao pedido dos estados para que os leitos de UTI sejam reabilitados, a magistrada ainda explicou que “especialmente em tempos de emergência sanitária, as condutas dos agentes públicos que se revelem contraditórias às evidências científicas de preservação das vidas não devem ser classificadas como atos administrativos legítimos, sequer aceitáveis”.

“No limite e em tese, as ações administrativas erráticas que traíam o dever de preservar vidas podem configurar comportamentos reprimíveis sob as óticas criminal e do direito administrativo sancionador”, assegurou a ministra do STF.

Satélite 100% brasileiro Amazônia 1 é lançado

Satélite desenvolvido pelo Inpe desde o ano 2000 fornecerá imagens para o monitoramento ambiental e da agricultura em todo o território brasileiro

O Amazônia 1, satélite completamente projetado, integrado, testado e operado pelo Brasil, foi lançado ao espaço na madrugada deste domingo (28). O lançamento do satélite desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) ocorreu às 1h54min, no Centro de Lançamento Sriharikota, na Índia.

O satélite brasileiro foi ao espaço juntamente com os satélites Sindhur Netra (Índia), Nanoconnect-2 e SpaceBee 12, ambos dos Estados Unidos.

Com um investimento de R\$ 400 milhões e envolvimento de diversos pesquisadores, o satélite levou 13 anos para seu desenvolvimento e faz parte da Missão Amazônia, criada para fornecer dados de sensoriamento para acompanhar o desmatamento.

Cerca de 17 minutos após o lançamento do foguete PSLV-C51, o satélite se separou e fez suas primeiras atividades previstas, como a abertura do painel solar, a estabilização de sua orientação em relação à Terra, a verificação dos sistemas e a colocação do modo de prontidão.

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Clezio de Nardin, declarou que a próxima etapa é iniciar a fase de testes para verificar o satélite e os ajustes em sua câmera.

O equipamento é o terceiro a formar o sistema Deter e vai auxiliar na observação e no monitoramento do desmatamento na região amazônica. Com 4 metros de comprimento e 640 kg, o Amazônia 1 vai ficar a 752 quilômetros acima da superfície da Terra em uma órbita entre os pólos norte e sul e vai capturar imagens em alta resolução. As fotos começarão a ser tiradas cinco dias após o satélite se estabilizar na órbita.

O satélite foi desenvolvido no Inpe, em São José dos Campos, e levado em 22 de dezembro para a Índia para ser lançado. Embarcaram em fevereiro para acompanhar o envio do satélite o diretor do Inpe e o Ministro da Ciência



Amazonia 1 no veículo lançador de satélites indiano

e Tecnologia, Marcos Pontes.

O Amazônia 1 se soma a outros importantes projetos desenvolvidos pelo Brasil na engenharia aeroespacial. Dentre eles, o Satélite de Coleta de Dados 1 (SCD-1) e Satélite de Coleta de Dados 2 (SCD-2), lançados em 1993 e 1998 respectivamente. Com expectativa de que a missão dos satélites seria de apenas um ano a longevidade deles ainda impressiona, já que ambos ainda estão em atividade.

Do espaço, ele vai mandar o sinal para três estações de monitoramento no Brasil: uma em Cuiabá (MT), a outra em Alcântara (MA) e a terceira em Cachoeira Paulista (SP). Todos os movimentos do satélite serão coordenados de uma outra estação, que fica na sede do Inpe.

Inicialmente, o lançamento estava previsto para o dia 22 de janeiro, mas a data foi remarçada. A mudança foi feita a pedido da equipe de lançamento, que pediu mais tempo para as etapas finais de preparação. Com isso, a data foi alterada para este domingo. Foi montado um esquema de transporte

com o satélite desmontado. Ele foi levado por um avião cargueiro e passou pelo Senegal antes de chegar ao seu destino final, na Índia.

SUSPENSÃO DAS BOLSAS

Com menos de um mês para o lançamento do Amazônia 1, o corte de verbas pelo governo federal impactou diretamente o Inpe que suspendeu as bolsas de 107 pesquisadores no instituto por falta de R\$ 4 milhões de verba. A modalidade de bolsas cortadas é a PCI, que mantém pesquisadores em atividades de trabalho, não só pesquisa, dentro do instituto.

A medida atingiu sete pesquisadores do setor do Amazônia 1, envolvidos nas etapas finais e plano de voo do lançamento. Sem recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, eles estavam impedidos de trabalhar e, com isso, o lançamento do equipamento estaria em risco.

Para manter a data, a Agência Espacial Brasileira (AEB) teve de intervir e custear as bolsas. Pouco antes de embarcar à Índia, o ministro Marcos Pontes afirmou que a verba será remanejada e as bolsas mantidas.



270 pessoas morreram após rompimento

Vale fez perfurações que causaram rompimento da barragem de Brumadinho

O rompimento da barragem B1 da Mina de Córrego de Feijão, em Brumadinho, no dia 25 de janeiro de 2019, foi causado por perfurações executadas pela mineradora Vale, com o uso de uma perfuratriz com injeção de água na estrutura da barragem. A conclusão do laudo pericial sobre o crime ocorreu em Minas Gerais foi apresentada nesta sexta-feira (26) pela Polícia Federal.

O rompimento da barragem B1 da Mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho, causou a morte de 270 pessoas, dentre funcionários da mineradora Vale, de empresas terceirizadas, de moradores da região e visitantes. Desse total, 11 pessoas ainda continuam desaparecidas.

“O motivo foi a perfuração de uma sonda mista que chegou em uma seção da barragem que estava muito sensível ao processo de liquefação. A liquefação funciona como ondas de água que se propaga para a próxima seção da barragem, causando um efeito dominó, que é muito rápido. O colapso da barragem durou 30 segundos, desde a primeira seção que começou a se liquefazer”, explicou o delegado da Polícia Federal, Luiz Augusto Pessoa Nogueira.

De acordo com a investigação, as perfurações executadas pela mineradora foram iniciadas no local crítico cinco dias antes da estrutura se romper. Esse também foi o gatilho para a ocorrência do processo de liquefação da barragem que, nada mais é que a transformação do material sólido em material líquido, aumentando a instabilidade da estrutura.

O laudo aponta que o fenômeno gerou a ruptura da estrutura no alteamento de número oito, em um ponto a 68 metros de profundidade da barragem. Essa ruptura se espalhou por toda a estrutura e ocasionou o rompimento total.

PERFURAÇÃO

As investigações apontaram que a Vale tinha o objetivo de, com as perfurações, fazer a identificação dos materiais que compunham o rejeito de minério nas diversas sessões da barragem, do topo até o fundo. O segundo objetivo, era de instalar mais piezômetros, que são aparelhos de monitoramento de estabilidade na estrutura.

Segundo a Polícia Federal, em outubro de 2018, a mineradora contratou uma empresa terceirizada para identificar os pontos frágeis da barragem B1. O método utilizado foi a perfuração simples, sem o uso de grande estruturas.

“O estudo identificou quais seriam os pontos mais sensíveis a um processo de liquefação da barragem. A barragem tem cerca de 80 metros de altura e uma lança simples atravessou a estrutura identificando em todas as seções da barragem, aquelas que apresentavam uma sensibilidade maior. Na segunda etapa a Vale faria perfurações para fazer um apanhado de quais materiais eram formadas cada seção e instalar os piezômetros”, pontuou o delegado.

O estudo realizado na primeira etapa, no entanto, não teria sido analisado previamente para orientar o trabalho das grandes perfurações na barragem. A investigação apontou que a mineradora iniciou os trabalhos de perfuração antes de uma segunda empresa terceirizada analisar os dados.

“O que a gente entende é que a Vale teria que ter processado as informações da primeira etapa desse processo, para aí verificar qual seria a melhor técnica a ser utilizada para fazer a análise dos materiais de todas as sessões. A Vale recebeu, mas não processou as informações”, explicou o delegado.

PRESSÃO

O laudo pericial revelou que a pressão no ponto crítico da barragem foi aumentado em duas vezes durante as perfurações. O documento explica que esse aumento se deu por conta da pressão do fluido utilizado na perfuratriz para resfriar o equipamento durante o trabalho. No dia do rompimento, uma perfuratriz trabalhava no alteamento de número oito da barragem.

A Polícia Federal informou que serão feitas novas diligências até a conclusão do inquérito que devem contar, inclusive com depoimentos dos envolvidos.

INQUÉRITO

Em fevereiro de 2020, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) denunciou 16 pessoas à Justiça pelo episódio. Onze eram funcionários da Vale à época e ocupavam cargos de diretoria e gerência na empresa, incluindo o presidente da mineradora, Fábio Schvartsman. Outras cinco funcionários da Tiv Súd, empresa alemã responsável pelo laudo que atestou a segurança da barragem, foram denunciadas no processo.

Na denúncia o MPMG pontuou que “com o apoio da Tiv Súd, a Vale operava uma caixa-preta com o objetivo de manter uma falsa imagem de segurança da empresa de mineração, que buscava, a qualquer custo, evitar impactos a sua reputação e, consequentemente, alcançar a liderança mundial em valor de mercado”.

Todas as 16 pessoas foram denunciadas por crime de homicídio duplamente qualificado multiplicado por 270 vezes. Todos também responderão por pela prática de crimes contra a fauna, a flora e a poluição.

Até agora, nenhum dos envolvidos foi julgado.

Federação repudia projeto de lei do governo que privatiza Correios



A população só perderia com entrega dos Correios, afirma entidade



Rudinei Marques, presidente do Fórum repudiou ataque ao funcionalismo

'É preciso mais Estado e não arrocho salarial no serviço público', afirma Fórum dos Servidores

O Congresso Nacional vota nesta semana a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186, a chamada "PEC Emergencial", que acarreta grave arrocho sobre a saúde, a educação, a segurança pública e os serviços públicos em geral como justificativa para a volta do auxílio emergencial.

Em entrevista ao HP, o presidente do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirma que "nesse momento o Estado precisa injetar dinheiro na economia para promover estímulo, pois houve uma retração devido à pandemia com um desaquecimento econômico muito grande. Então não é o momento de arrochar os salários para piorar ainda mais a situação".

"O serviço público está operando a mil. O próprio Ministério da Economia reconheceu no ano passado que, mesmo no trabalho à distância, houve um incremento na produtividade, porque a gente sabe que nesse momento o país precisa mais do que nunca dos serviços públicos. Não faz sentido o governo ficar reiteradamente atacando o serviço público, promovendo ingerências como no caso do Ibama, ICMBio, da Receita Federal, etc.", defende Rudinei.

O presidente do Fonacate classificou a gestão Bolsonaro como "um desgoverno completo em várias áreas e, na relação com o funcionalismo, não tem sido diferente". "Assim como o governo está completamente perdido na gestão da pandemia, na gestão da economia e em outros assuntos, na relação com o funcionalismo é um desastre", ressaltou.

Inicialmente, a PEC Emergencial propunha como medida fiscal a redução de 25% da jornada de trabalho e dos salários dos servidores, ferindo o princípio assegurado no artigo 7, inciso VI, de irredutibilidade salarial. A base governista desistiu do dispositivo nos últimos dias, devido à pressão e repercussão negativa da medida.

Contudo, ainda há no relatório entregue pelo deputado Márcio Bittar (MDB-AC), no sábado (19), mecanismos para congelar salários dos servidores,

bem como congelar os investimentos nos serviços públicos para a população quando os gastos atingirem 95% da arrecadação da União, Estados, Distrito Federal e/ou Municípios.

Para Rudinei, há uma paralisia nas ações do governo federal que pouco ou nada tem feito para combater os efeitos da pandemia sobre os serviços públicos e sobre a população de maneira geral. Ao contrário, "quando há uma interferência direta do presidente é para piorar as coisas".

"Diversos órgãos públicos considerados de excelência como o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que funcionava muito bem no Ministério da Economia, o governo decidiu mandá-lo para o Banco Central, justamente para piorar. Com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) também foi assim, com pesquisadores de excelência dando palestra na NASA. Mas um terraplanismo de gestão panfletária vem anulando todo esse trabalho", assinalou Rudinei.

O relatório de Bittar prevê a criação de dispositivos que permitam que sempre que houver definições de estado de emergência fiscal e estado de calamidade, contrapartidas como o congelamento do salário de servidores passarão a valer automaticamente.

Rudinei afirma que a proposta vai na contramão do que o mundo tem feito e, mais ainda, no sentido contrário do que o país necessita nesse momento. "A gente está vendo o exemplo dos EUA que reajustaram o salário dos servidores".

A PEC Emergencial tem sido usada pelo governo Bolsonaro como "moeda de troca", como chantagem, para viabilizar a extensão do auxílio emergencial às pessoas que estão passando fome. E a proposta do governo é reduzir ainda mais a parcela do benefício que deve chegar a apenas R\$ 250. Ainda há pressão no Senado para que o pagamento seja maior.

Além disso, Bolsonaro quer pagar o auxílio a pouco mais da metade dos que recebiam anteriormente. Com isso, cerca de 40 milhões de pessoas não receberão as novas parcelas.

"Saiu recentemente um estudo da CEPAL (Comis-

são Econômica para a América Latina e o Caribe) sobre o aumento da pobreza extrema na América Latina no pós-pandemia. Nós vamos passar dos 50% de pessoas em situação de pobreza extrema e de pobreza. Estamos falando de uma população de 580 milhões de pessoas com 290 milhões que estarão na pobreza extrema ou na pobreza na América Latina", disse Rudinei.

"Aqui no Brasil vivemos uma situação muito crítica com um índice de desigualdade quase que sem paralelos no mundo, uma concentração de renda muito grande, tanto é que hoje 70 milhões de brasileiros estão sem emprego, no desalento ou na informalidade. Isso tudo nos leva a uma percepção, tanto agora quanto no pós-pandemia, que nós vamos precisar de mais Estado, mais serviços públicos, mais assistência social, mais serviços na área de Saúde, da Educação", afirmou.

Segundo o dirigente, a PEC Emergencial, por um lado, pretende deflagrar um imenso golpe na qualidade dos serviços públicos, e, por outro, a PEC da Reforma Administrativa termina com o desmonte e a entrega dos serviços públicos às mãos do setor privado.

Com a PEC Emergencial e a chamada PEC da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), o governo "quer promover a paralisação do serviço público, a precarização das relações de trabalho, a entrega dos dispositivos públicos para a iniciativa privada em áreas centrais como é a saúde e a educação", avalia Rudinei.

"É isso que está na PEC 32. O princípio da subsidiariedade não é nada mais nada menos do que a delegação dos serviços públicos para famílias, como no caso da Assistência Social ou para a iniciativa privada, como no caso da Saúde e Educação. Isso nós não podemos permitir", sentenciou.

"Está mais que evidente que o país vai ter que fortalecer o serviço público. É mais que evidente que o país vai precisar aumentar e qualificar a prestação dos serviços públicos daqui para frente", concluiu Rudinei.

Federação dos Trabalhadores resalta papel estratégico da empresa e condena medida

A Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Findect) divulgou nota contra o Projeto de Lei (PL) apresentado pelo governo Bolsonaro para entregar os Correios às mãos de empresas privadas.

A entidade resalta o papel estratégico e altamente eficaz da empresa que, além de garantir o serviço postal em todos os 5.570 municípios brasileiros, cumpre função essencial, especialmente nesse momento de crise da Covid-19, garantindo o transporte seguro de insumos para vacina, remédios, livros didáticos, exportam e importam, levam informação, emitem documentos, bem como na organização logística do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

"Muitos desses serviços não geram lucros, apesar da empresa ser sim muito lucrativa. Contudo, mesmo assim são feitos, já que por ser uma empresa pública, a população tem por direito constitucional a garantia da prestação de serviço postal em todos os municípios brasileiros", diz a nota.

"A população brasileira só perderia com a privatização dos Correios. Como exemplo, é certo que as agências e entregas em cidades distantes e pequenas e nos bairros periféricos das grandes cidades desapareceriam", completa a Findect.

O grande argumento do governo Bolsonaro é de que a estatal dá prejuízo ao país, quando, na verdade, desde sua fundação tem

sido exatamente o contrário. Os Correios repassam, por decisão estatutária, 25% de seus lucros para o caixa da União.

A Findect lembra que o governo omite "que nos últimos 4 anos, a empresa registrou consecutivamente lucro líquido, ultrapassando os R\$2 bilhões de reais. Isso sem contar que o próprio governo rapou o caixa da empresa, levando R\$6 bilhões a mais do que o que teria direito", diz nota.

De acordo com os dados apresentados pela empresa, a estatal lucrou R\$667 milhões em 2017 e R\$161 milhões em 2018, já o balanço financeiro de 2019, divulgado pelo próprio site dos Correios, registrou saldo lucrativo de R\$102 milhões.

Em 2020, "apesar do balanço não ter sido divulgado, a perspectiva do último ano, e em plena pandemia, é de atingir recorde com o aumento das entregas de produtos vendidos via internet (e-commerce)", continua a nota da Federação.

O governo "também omite o rombo no Fundo de Pensão da categoria, de culpa, principalmente, de um banco norte-americano, que fez investimentos errados com o dinheiro dos trabalhadores e agora se recusa a cobrir o prejuízo", denuncia.

Para a Findect, mesmo com a maioria da população contrária à privatização dos Correios, o governo Bolsonaro insiste na privatização da empresa, indo até mesmo "na contratação de muitos países", onde "o serviço postal foi reestatizado por não ter dado certo a privatização da empresa".

Sem corrigir tabela do Imposto de Renda, governo cobra mais de quem recebe menos

Mais uma vez o governo não irá corrigir a tabela do Imposto de Renda, acarretando em aumento de impostos, principalmente para aqueles que recebem menos. Sem a correção, promessa de campanha de Bolsonaro em 2018, a tabela do Imposto de Renda chega a este ano com defasagem de 113,09%, de acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindicifisco).

De acordo com estudo do Sindicato, 10,57 milhões de brasileiros que estariam isentos se houvesse a correção da tabela irão passar a pagar o imposto. Atualmente a isenção vale para quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês. Se a tabela fosse corrigida de acordo com a inflação, a isenção atingiria aqueles que recebem até R\$ 4.022,89, afirma o estudo.

A última correção da tabela foi em 2015, quando foi aplicado 5,6% nas faixas salariais de cálculo do IR, e ainda assim o índice ficou abaixo da inflação, que naquele ano registrou o 10,67%.

"A correção da Tabela do IRPF pelo índice inflacionário representa tão somente uma obrigação do Governo em manter a mesma carga tributária de um exercício para outro. A não correção da Tabela do IRPF ou sua correção parcial em relação à inflação aumenta a carga tributária e penaliza de maneira mais acentuada o contribuinte de menor renda, notadamente a classe média assalariada".

Sem a correção, quem ganha menos acaba pagando o mais imposto dos que recebem mais. Conforme o Sindicifisco, uma pessoa que recebe R\$ 5.000 por mês paga R\$ 505,64 por mês de IR. Se a tabela fosse atualizada, esse valor seria de R\$ 73,28. Ou seja, ela paga R\$ 432,36 (84,63%) a mais de imposto.

Já quem recebe um salário de R\$ 10 mil, a retenção hoje é de R\$ 1.880,64 por mês. Com a correção esse valor seria de R\$ 900,47. A diferença nesse caso é de R\$ 980,17, ou 108,85% a mais de imposto.

De acordo com a tabela

atual, os índices por faixa de incidência são as seguintes:

Faixa 1 – Quem recebe entre 0,00 e 1.903,98 é isento do imposto

Faixa 2 – Quem recebe entre R\$ 1.903,99 e R\$ 2.826,65 paga 15,00%

Faixa 3 – Quem recebe entre R\$ 2.826,66 e 3.751,05 paga 15,00%

Faixa 4 – Quem recebe entre R\$ 3.751,06 e 4.664,68 paga 22,50%

Faixa 5 – Quem recebe acima de R\$ 4.664,68 paga 27,50%

Outro exemplo é a pessoa que recebe algum pequeno reajuste salarial e passa a pagar um imposto muito maior. Como é o caso de quem recebe R\$ 3.700, por exemplo, e paga de imposto 15% (R\$ 555,00). Ao receber um reajuste e passar à faixa seguinte, passa a receber R\$ 3.751,06 e pagar 22,5% de imposto, ou seja 843,98 por mês.

"A correção da Tabela do IRPF pelo índice integral da inflação evitaria uma distorção comum na política tributária brasileira dos últimos 23 anos: o pagamento de mais imposto de renda, mesmo por aqueles que não tenham auferido ganhos reais. Esta é uma séria ofensa aos princípios da Capacidade Contributiva e da Progressividade, inscritos na Constituição Federal. A conjunção de ambos diz que quem ganha mais deve pagar progressivamente mais. Porém, a não correção integral da tabela faz com que muitos daqueles que não ganharam mais ou mesmo ganharam menos, paguem mais. É, portanto, uma política regressiva, desprovida de um senso maior de justiça fiscal e que, por estas razões, conduz à ampliação das desigualdades distributivas do País", afirma o estudo do Sindicato.

A promessa de Bolsonaro previa a isenção do imposto para quem recebesse até cinco salários mínimos (cerca de R\$ 5.000 na época). Em 2019, reduziu a promessa para atender quem recebe até R\$ 3.000, no entanto até hoje a tabela segue sem qualquer reajuste.



UFRJ homenageia Carolina Maria de Jesus com título de Doutora Honoris Causa

A escritora Carolina Maria de Jesus foi homenageada, na quinta-feira (25), com o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Carolina Maria de Jesus, mulher negra e moradora de favela, de pouca instrução, se destacou como uma das escritoras mais lidas do país e foi traduzida para 16 idiomas.

Até a sua morte, em 1977, relatou sua vida e de seus personagens como "o grito patético, como a voz clamante do deserto, sofrendo por milhares de seres anônimos, cruelmente agredidos e apedrejados", como afirmou o professor Eduardo de Oliveira, poeta e fundador do Congresso Nacional Afro-Brasileiro, na apresentação do seu livro "Pedacos da Fome", publicado pela Editora Atila em 1963.

A voz da catadora de papel, sua história de sofrimentos, luta e superação estão presentes em seu livro-diário, poesias e em seu livro mais famoso, o "Quarto de Despejo" (1960), que vendeu milhões de exemplares e a fez atrair multidões de admiradores no Brasil e no mundo.

Carolina de Jesus começou a escrever ainda criança, em Sacramento, Minas Gerais, apesar de só ter cursado dois anos de escola. Ela registrava tudo que lhe acontecia em cadernos e papéis esparsos, até encontrar uma caderneta entre o lixo, quando já morava na favela do Canindé, em São Paulo, e criava sozinha seus três filhos. Na caderneta, passou a registrar o seu cotidiano na favela.

Foi na favela que conheceu o jornalista Audálio Dantas, que havia ido lá fazer uma matéria. Ao conhecer Carolina e seus escritos, o jornalista a ajudou a publicar sua obra. Primeiro com trechos do diário, publicados no jornal "A Noite", e depois na publicação do primeiro livro.

Conforme a sua biografia, escrita por Tom Faria, apesar do pouco estudo a paixão de Carolina pela leitura começou desde que aprendeu a ler e escrever, lendo livros emprestados de uma vizinha, ainda em Minas e, mais tarde, quando trabalhou como empregada doméstica na casa do médico Dr. Euryclides de Jesus Zerbini. Lá, devorava a biblioteca da casa nos momentos de folga.

Para a escritora Conceição Evaristo, que teve sua trajetória inspirada por Carolina, "ela abre essa possibilidade dessa autoria nascer de dentro, de quem vive, e não somente de quem contempla".

Apesar de ter ganhado muito dinheiro com o sucesso de "Quarto de Despejo", que também foi adaptado como peça teatral por Edi Lima, e virou filme produzido pela TV Alemã, Carolina de Jesus não soube administrar os seus ganhos, e voltou a ser catadora de papel para sobreviver, até a sua morte, o que reflete a nossa sociedade preconceituosa, excludente e hipócrita tão bem revelada em seus escritos.

Partidos entram com ação no STF contra MP que privatiza Eletrobrás

Os partidos PDT, PCdoB, PT e Psol ajuizaram Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a Medida Provisória do governo que abre caminho para a privatização da Eletrobrás.

São duas ações, uma encaminhada pelo PDT e outra protocolada conjuntamente pelo PT, PCdoB e Psol.

As duas ações alegam que a MP viola a Constituição e que a edição da medida burla o devido processo legislativo.

"Trata-se de manobra para dar força de lei a uma matéria que não é urgente e evitar que o assunto seja necessariamente debatido no Parlamento. É assim, eivada de nulidade, formalmente e materialmente", afirma a ação assinada pelos presidentes do PCdoB, Luciana Santos; do PT, Gleisi Hoffmann, e Juliano Medeiros, do PSOL.

A ação do PDT afirma que "a economicidade, diferente do lucro, orienta a realização do objeto social das estatais não só para a contraprestação econômica, mas, sobretudo, para o desenvolvimento econômico, político e social. Diferente disso, as empresas privadas – como passa a ser a Eletrobrás após a MP nº 1.031/2021, ainda que concessionária de serviços públicos – carecem do aspecto público da função social das empresas estatais (CF, art. 5º, XXIII, e 170, II)".

Além de ferir o artigo 37 da Constituição, ao afetar o patrimônio público, os partidos alegam que ao tentar dar celeridade ao tema com edição de MP, que supri-

me o devido debate no Congresso Nacional, com análise por Comissão Mista conforme previsto na Constituição, o Governo Federal "atenta contra os princípios da moralidade administrativa e da eficiência".

"Portanto, temos que pelo próprio entendimento do governo tal conteúdo não contém a relevância ou urgência que enseje a edição de medida provisória. Principalmente no contexto pandêmico da atualidade, que exige medidas efetivas e atenção integral do Governo e do Congresso Nacional para preservar vidas, a saúde e a sustentabilidade da sociedade atingida duramente pela pandemia", afirma a ADI protocolada pelo PT, PCdoB e Psol.

Segundo o PDT, "a função social da Eletrobrás, enquanto estatal, vai além da mera contraprestação econômica pela prestação do serviço público de geração de energia elétrica, consistindo em dar consequência à política pública de universalização equitativa do acesso às necessidades essenciais da população".

"A plausibilidade jurídica ficou demonstrada pela sua inconstitucionalidade, seja formal, em ofensa ao devido processo legislativo (CF, art. 59, III, 62, caput) e à independência e à harmonia entre os Poderes (CF, art. 2º), bem como material, violando a obrigatoriedade de licitação para delegação de serviços públicos (CF, art. 175), a regra do artigo 52, V, da Constituição e o princípio republicano (CF, art. 1º)", afirma o PDT.

Contudo, ainda há no relatório entregue pelo deputado Márcio Bittar (MDB-AC), no sábado (19), mecanismos para congelar salários dos servidores,

Cientistas denunciam o uso da OPAQ para implicar a Síria em um falso ataque químico

MARIA PIMENTEL*

Uma nota assinada por cientistas e personalidades que integram a Fundação Coragem (The Courage Foundation) e liderada pelo embaixador, Maurício Bustani, ex-diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e direcionada ao atual diretor da entidade, expressa preocupações sobre o futuro da Organização, por conta dos resultados enganosos e das fraudes cometidas no relatório atribuído à “Comissão de Inquérito” enviada à Síria. Distorções que visavam alegar o uso de armas químicas pelas forças sírias no acidente de Douma, em 2018.

Além disso, a nota faz críticas às tentativas da OPAQ de desprestigiar os especialistas e cientistas que se manifestaram de forma declarada contra as violações cometidas naquele inquérito.

O pedido, agora formulado pelos cientistas e personalidades, já vem sendo reiteradamente apresentado pela Síria que alerta por uma parcialidade fruto de uma ocupação da OPAQ por portadores de interesses políticos escusos oriundos dos Estados Unidos.

A nota reforça as provas e indicações já apresentadas pela Síria e outros países sobre as fraudes contidas no relatório sobre Douma.

Aliás, temos acompanhado a posição da Síria, que tem zelado para que a Organização para a Proibição de Armas Químicas mantenha o seu caráter técnico, que visa cumprir os nobres objetivos para os quais foi criada, permanecendo longe dessa parcialidade porque tais agendas afetam sua credibilidade atual e sua atuação futura.

A Síria tem reiterado veementemente, que não possui armas químicas, o que foi reconhecido pela própria OPAQ, e que apoia a rejeição terminante sobre o uso de armas químicas, seja qual for a alegação ou a parte, seja qual for o local ou contra quem quer que seja. Destaca que nunca fez e nunca fará uso de armas químicas, porque sequer as possui e, ao mesmo tempo, porque considera o seu uso antiético e desumano.

É fundamental que todos os Estados que integram a OPAQ, incluindo o Brasil, apoiem a posição síria e a nota da Courage Foundation, para salvar a OPAQ, impedindo que ela se torne um mero instrumento de interesses injustos, agressivos e escusos; para impedir que ela sirva de formuladora de pretexto a ataques que ferem a soberania e integridade territorial síria.

Enfatizamos que o caso de Douma foi nitidamente armado. Em primeiro lugar, o suposto ataque com armas químicas aconteceu no momento em que as forças sírias avançavam sobre um dos últimos bastiões ocupados pelos bandos terroristas em Idlib. Ou seja, uma fraude para tentar paralisar a libertação de território e para socorrer os terroristas que invadiram a Síria e que, àquela altura perdiam batalha após batalha.

ATAQUE À SÍRIA

Além disso, quando a missão da OPAQ chegou à região, a convite da própria Síria – interessada em esclarecer os fatos – e se preparava para iniciar a investigação sobre os acontecimentos no local, os Estados Unidos, apoiados pela França e Inglaterra perpetraram um ataque abertamente anunciado por Trump, em abril de 2018, com 103 mísseis contra o país, especificamente em direção à área onde ocorreria a investigação.

Nada denuncia mais claramente o envolvimento externo com o incidente de Douma.

Fica a pergunta: se os Estados Unidos acusavam a Síria como se com tanta certeza acerca da responsabilidade síria no ataque químico e, por via de consequência, com suposto interesse na apuração dos fatos para asseverar sua alegação, porque bombardear a região no momento em que a missão internacional se preparava para ir ao local?

A intenção da estúpida agressão, que nos parece óbvia, era a de intimidar os investigadores dando a eles um sinal de disposição a tudo para que o relatório atendesse a seu interesse de agredir a República Síria.

Vale acrescentar que nem com esse nível de violência, se conseguiu dobrar toda a equipe que realizou a investigação em Douma. Tanto assim que o inspetor-chefe da equipe da OPAQ que esteve em Douma em 2018, Ian Henderson, afirmou nas Nações Unidas que o relatório final contradiz o que foi verificado por sua equipe in loco e devidamente informado à organização.

Em depoimento ao Conselho de Segurança da ONU, no dia 20 de janeiro de 2020, o chefe da equipe de inspetores de armas químicas da OPAQ que esteve em Douma afirmou que o relatório final divulgado contradiz o que foi verificado por sua equipe in loco e devidamente informado à organização.

O relatório que veio a público era “uma completa reviravolta na situação do que havia sido entendido pela equipe inteira de Douma e pela maioria da equipe”, enfatizou Henderson.

*Secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

OMS pede quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19



“Se não é agora, quando?”, questionou o diretor-geral da OMS, Dr. Tedros (dir.)

Carta de ex-infiltrado implica polícia e FBI no assassinato de Malcolm X

As três filhas de Malcolm X e o advogado de direitos civis Ben Crump pediram que seja investigada a participação do FBI e da polícia de Nova York no assassinato do líder negro há 56 anos, exposta em carta no leito de morte por um policial, Raymond Wood, que atuava na época infiltrado.

A carta foi apresentada por um primo do policial, Reggie Wood. Ela fora enviada a seu pai e que ele a encontrou após a morte dele em 2011.

Implicação do FBI na morte de Malcolm X tem novas comprovações

O assassinato de Malcolm X aconteceu há 56 anos, no dia 21 de fevereiro de 1965. Um atribuído período na história norte-americana, em que foram assassinados o presidente John Kennedy (1963), Malcolm X (1965), Martin Luther King (1968) e Robert Kennedy (1968).

“Qualquer evidência que forneça uma maior compreensão da verdade por trás dessa terrível tragédia deve ser investigada exaustivamente”, disse Ilyasah Shabazz, uma das três filhas de Malcolm X.

“Ray Wood, um policial disfarçado na época, confessou em uma carta de declaração no leito de morte que a NYPD [polícia de Nova York] e o FBI conspiraram para minar a legitimidade do movimento pelos



Malcolm X no encontro com Martin Luther King

direitos civis e seus líderes”, disse Crump.

“Sem nenhum treinamento, o trabalho de Wood era se infiltrar em organizações de direitos civis e encorajar líderes e membros a cometer atos criminosos. Ele também foi encarregado de garantir que o destacamento de segurança de Malcolm X fosse preso dias antes do assassinato, garantindo que Malcolm X não tivesse segurança na porta enquanto estava no Audubon Ballroom, onde foi morto em 21 de fevereiro de 1965”, resumiu o advogado.

Malcolm X foi morto naquele dia por assassinos identificados como membros da Nação do Islã, organização que ele integrou e da qual se afastou

por divergências. Três homens foram condenados pelo assassinato e presos, e todos acabaram em liberdade condicional.

Na época Malcolm X vinha assumindo uma concepção muito mais ampla da luta contra o apartheid vigente nos EUA e inclusive procurava se aproximar de Martin Luther King, a quem costumava, anteriormente, criticar pela ‘conciliação’.

Reggie Wood leu em uma entrevista coletiva na semana passada a carta em que o primo revela ter participado “de ações que, em retrospectiva, foram deploráveis e prejudiciais para o avanço do meu próprio povo negro.”

Leia matéria na integra em: www.horadopovo.com.br

Entidades denunciam “perseguições e assassinatos de jornalistas” na Guatemala

Entidades de profissionais da comunicação e de defesa dos direitos humanos denunciaram esta semana que são cada vez mais frequentes “as ameaças de morte, perseguições, roubos e assassinatos” de jornalistas na Guatemala. Conforme as organizações, a situação tem se agravado desde o começo da pandemia, pois o objetivo do presidente Alejandro Giammattei – que tomou posse em janeiro do ano passado – é fazer com que a população desconheça sua inoperância frente ao coronavírus, encobrindo os números reais de mortos e contagiados. E a corrupção que tomou conta.

Até dezembro de 2020, a Associação de Jornalistas de Guatemala havia registrado mais de 149 atos de agressão ou intimidação contra jornalistas e trabalhadores da mídia por agentes das forças de segurança, funcionários públicos e particulares. A denúncia da Human Rights Watch (HRW) e do Comitê para a Proteção de Jornalistas (Committee to Protect Journalists – CPJ) de que estes ataques têm se dado com “uma retórica beligerante e falsas acusações” foram corroboradas pela Procuradoria dos Direitos Humanos.

“Desde que assumiu, há um ano, o governo de Giammattei tem atuado com hostilidade contra a mídia, inclusive limitando seletivamente seu acesso a informações importantes sobre a saúde pública”, condenou Jose Miguel Vivanco, diretor da HRW para as Américas,



Jornalistas da Guatemala se unem contra a violência

frizando que a existência de uma imprensa livre é fundamental para abordar com profundidade a pandemia, imprescindível para melhor combatê-la.

Desde o começo do surto, as entidades têm documentado inúmeros casos nos quais o presidente Giammattei, autoridades e membros das forças de segurança procuraram silenciar os jornalistas, simplesmente calando o contraditório. Foram registrados casos nos quais policiais e soldados vigiaram, detiveram, roubaram e agrediram repórteres que cobriam manifestações ou investigavam atos de corrupção.

TIROS E IMPUNIDADE

Em fevereiro, a locutora Irma del Carme Chinchilla, integrante da Rádio Quetzal, de Baja Verapaz, foi morta com tiros na cabeça por um desconhecido quando estava acompanhada da mãe e um de seus filhos.

Em março, o apresenta-

dor Bryan Leonel Guerra, do canal TL, faleceu vítima de um ataque armado que lhe deixou graves feridas no intestino, no fígado e no estômago. Vice-presidente da Rede de Comunicadores Sociais de Chiquimula, Bryan havia alertado as autoridades de que vinha sendo ameaçado. Mas nada foi feito.

Em agosto, após inaugurar uma página digital, o vice-presidente da Associação de Jornalistas e Comunicadores Sociais de Alta Verapaz, Otoniel Esaú Rivera, foi ameaçado de morte junto do filho por relatar as péssimas condições sanitárias do hospital onde esteve internado combatendo o coronavírus. Acompanhado do advogado, Otoniel entrou com uma denúncia no Ministério Público, pois os criminosos disseram que iriam buscá-los e deram detalhes de sua casa.

Leia matéria na integra em: www.horadopovo.com.br

A “afrontosa desigualdade” no acesso às vacinas foi denunciada pelo secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, que advertiu do açambarcamento de 75% dos imunizantes por apenas dez países

“Agora é o momento de usar todas as ferramentas para aumentar a produção, incluindo licenciamento, transferência de tecnologia e quebra de propriedade intelectual. Se não é agora, quando?”, questionou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, na videoconferência transmitida desde Genebra, na Suíça.

Tedros Adhanom Ghebreyesus pediu que o Conselho de Segurança da ONU, enquanto “órgão influente”, tome “medidas concretas”, como “fazer com que a quebra de propriedade intelectual possa ser aplicada” para aumentar a produção de vacinas e a taxa de vacinação.

Essa cláusula é prevista no acordo internacional dos direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio (conhecido pela sigla TRIPS), da Organização Mundial do Comércio, e já existe o precedente de ter sido aplicada durante a crise da epidemia da AIDS nos anos 1990, permitindo ampliar o acesso aos antivirais.

Tedros saudou resolução aprovada por unanimidade no Conselho de Segurança da ONU na sexta-feira (26) exige equidade no acesso às vacinas contra a covid-19, mas acrescentou que o órgão – que tem capacidade para adotar decisões obrigatórias para todos os Estados-Membros das Nações Unidas – pode fazer mais, “se houver vontade política”.

Se a cláusula de quebra de patente “não pode ser invocada agora, quando é que será?”, questionou o diretor-geral da ONU, apontando uma “séria resistência” a esta medida, quando a pandemia da covid-19 “não tem precedentes” e um novo vírus, o SARS-CoV-2, “fez o mundo de refém”.

Como enfatizou Tedros, “todos os governos têm o dever de proteger os seus cidadãos, mas a melhor forma de fazê-lo é suprimir o vírus em todos os lugares ao mesmo tempo”.

O diretor-geral da OMS voltou a criticar os acordos feitos entre “alguns países”, os mais ricos, e os cartéis farmacêuticos, que “minam” o mecanismo de distribuição universal e equitativa de vacinas contra a covid-19, o Covax, e “privam” os profissionais de saúde e os idosos, os mais vulneráveis ao contágio, de serem imunizados, em particular nos países mais pobres.

“Tivemos progresso, mas esse progresso é ainda frágil”, realçou, reportando que apenas dois países, o Gana e a Costa do Marfim, receberam

doses através do Covax, liderado pela OMS.

Lembrando que a meta da OMS é de que a vacinação chegue a todos os países nos primeiros 100 dias de 2021, Tedros convocou a “acelerar a distribuição de vacinas”. “Resta-nos 43 dias”, sublinhou o diretor-geral da OMS.

DESIGUALDADE

A desigualdade no acesso à vacina foi denunciada na semana passada pelo secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, que advertiu que 10 países ricos tinham açambarcado 75% dos imunizantes, enquanto 130 países não tinham uma dose sequer. A pandemia da covid-19 provocou mais de 2,5 milhões de mortos no mundo, resultantes de mais de 112 milhões de casos.

Em discurso ao Conselho de Segurança, Guterres pediu um “esforço mundial coordenado” para a vacinação contra a Covid-19. Ele advertiu que as desigualdades constatadas na fase inicial do processo de vacinação colocam o planeta todo em risco. “O mundo precisa urgentemente de um plano mundial de vacinação que reúna todos aqueles que têm o poder, a pericia científica e as capacidades de produção e financeiras necessárias”, frisou Guterres, chamando o G-20 a cumprir esse papel.

O secretário-geral da ONU alertou, ainda, que se o vírus se espalhar “como um incêndio descontrolado nos países do sul, irá sofrer repetidas mutações, com novas variantes mais transmissíveis, mais mortíferas, que irão ameaçar potencialmente a eficácia das vacinas”. Cenário que poderá, como ele enfatizou, “prolongar de forma considerável a pandemia” permitindo assim que o vírus “volte a devastar o norte”.

Apesar das exortações da China e de outros países, a que as vacinas contra a Covid-19 fossem consideradas patrimônio comum da humanidade, prevaleceu a ganância dos cartéis farmacêuticos privados, que depois de receberem bilhões de dólares de recursos públicos, agora pretendem ditar leoninamente as condições e quantidades disponíveis de vacinas contra a Covid-19.

Ainda nessa videoconferência, o diretor do programa de emergências sanitárias da OMS, Mike Ryan, se referiu à “quarta onda” da pandemia de Covid-19 no Brasil, o que chamou de “tragédia” que o país está tendo de enfrentar de novo. Ele elogiou as ações das autoridades regionais para tentar travar a disseminação do novo coronavírus.

Bombardeio autorizado por Biden deixa dezessete mortos na Síria

Os assassinados combatiam tentativa de reagrupamento do Estado Islâmico no leste da Síria

Ataque ordenado pelo presidente norte-americano Joe Biden contra território sírio matou 17 pessoas, várias delas integrantes de forças populares que combatem tentativa de reagrupamento do bando terrorista Daesh (Estado Islâmico) no leste do país, fronteira Síria/Iraque.

A Rússia condenou prontamente o criminoso bombardeio. “Condenamos categoricamente tais ações. Pedimos respeito incondicional pela soberania e integridade territorial da Síria”, disse a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo, Maria Zakharova.

Por sua vez, o governo sírio denunciou a “covarde agressão” desencadeada por aviões de guerra dos EUA na quinta-feira, “numa flagrante violação das regras do direito internacional e da Carta das Nações Unidas”, bombardeando áreas da província de Deir Ezzor perto da fronteira sírio-iraquiana.

O comunicado sírio enfatizou que o ataque ocorreu em “presença em Damasco do Enviado Especial da ONU para a Síria, Geir Pedersen”, o que, apontou, “envia uma mensagem de desrespeito dos EUA ao papel da legitimidade internacional na resolução da crise na Síria”.

O comunicado advertiu que “esta agressão terá repercussões que agravam a situação na região, bem como dá um indício negativo às políticas do novo governo dos Estados Unidos, que se supunha aderir à legitimidade internacional”.

O governo sírio reiterou sua determinação “em restaurar cada centímetro da terra e libertá-la da ocupação e do terrorismo”.

ASSALTO A PETRÓLEO

A pretexto de ‘combate ao terrorismo’, tropas dos EUA e forças vassaladas mantêm ocupados campos de petróleo do leste da Síria, cuja pilhagem é praticada diariamente.

Leia matéria na integra em: www.horadopovo.com.br

Dr. Fauci responsabiliza Trump pela morte de 500 mil americanos



“Esta é a pior coisa que aconteceu a este país no que diz respeito à saúde da nação em mais de 100 anos”, afirma Fauci, o epidemiologista-chefe dos EUA

China repele as falsidades dos EUA no Conselho de Direitos Humanos da ONU

O embaixador chinês no Conselho de Direitos Humanos da ONU, Chen Xu, rechaçou de forma peremptória as acusações infundadas e cínicas contra seu país apresentadas pelos Estados Unidos e alguns vassallos, e exortou “esses países a fazerem esforços reais para resolver seus próprios problemas de direitos humanos, participarem do diálogo e da cooperação internacional sobre direitos humanos de maneira justa, objetiva e construtiva e pararem de interferir nos assuntos internos de outros países apenas para servir à sua própria agenda política sob o pretexto dos direitos humanos”.

Abaixo, o texto completo da declaração do embaixador Chen Xu, feita na reunião do dia 24.

“Senhora Presidente,

No segmento de alto nível, Reino Unido, União Europeia, Alemanha, Estados Unidos, Canadá e alguns outros abusaram da plataforma do Conselho de Direitos Humanos para fazer acusações infundadas contra a China e interferir nos assuntos internos da China, a que a China se opõe fortemente e rejeita categoricamente.

A China tem como meta a aspiração das pessoas por uma vida melhor e se esforça para o desenvolvimento abrangente e coordenado dos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos direitos civis e políticos. Realizações notáveis foram alcançadas na China, incluindo a erradicação da pobreza extrema. Os 1,4 bilhão de chineses, como senhores

de seu país, estão vivendo uma vida segura e feliz, desfrutando de equidade, justiça, desenvolvimento e prosperidade.

Pessoas de todos os grupos étnicos, unidos como um, estão embarcando em uma nova jornada de construção plena de um moderno país socialista. Essa é a maior prática de direitos humanos e a maior conquista em direitos humanos, da qual temos profundo orgulho.

Fazendo vista grossa aos fatos, certos países fabricaram e espalharam mentiras sobre Xinjiang, Tibete e Hong Kong, na vilipendiação da China. Seus atos, que vão contra a justiça e a consciência humana, têm despertado forte indignação no povo chinês. Suas tentativas de difamar a China, minar a estabilidade da China e conter o processo de desenvolvimento da China não vão a lugar nenhum.

O que eles fizeram apenas expôs totalmente o fato de que, para eles, os direitos humanos nada mais são do que uma ferramenta de manipulação política.

Se esses países realmente pretendem promover e proteger os direitos humanos, eles não deveriam ter começado guerras ao redor do mundo que causaram incontáveis baixas de civis, famílias desfeitas e deslocamentos. Eles não deveriam ter protegido soldados que cometeram crimes de guerra no exterior e matanças incessantes de civis inocentes. Eles não deveriam ter interferido nos assuntos internos de outros países e minado a vida pacífica de seu povo.

Se eles realmente pre-

tendem promover e proteger os direitos humanos, eles devem fornecer assistência técnica e financeira adequada aos países em desenvolvimento para ajudá-los a alcançar o desenvolvimento sustentável, reduzir a divisão Norte-Sul e erradicar a pobreza e a fome em uma escala global. Eles devem levantar imediatamente o sistema unilateral de medidas coercitivas contra os países em desenvolvimento e abandonar o “nacionalismo” das vacinas para assegurar a distribuição global justa das vacinas.

Se eles realmente pretendem promover e proteger os direitos humanos, eles devem colocar a vida em primeiro lugar e tomar medidas eficazes para prevenir e controlar a pandemia Covid-19, em vez de passar a responsabilidade e transferir a culpa.

Eles devem abordar os problemas de direitos humanos profundamente enraizados, como discriminação racial, disparidade de riqueza, injustiça social e violência policial, proteger os direitos dos refugiados e migrantes e fechar centros de detenção de imigração onde os migrantes são submetidos a tratamento desumano.

A China exorta esses países a fazerem esforços reais para resolver seus próprios problemas de direitos humanos, participarem do diálogo e da cooperação internacional sobre direitos humanos de maneira justa, objetiva e construtiva e parem de interferir nos assuntos internos de outros países apenas para servir à sua própria agenda política sob o pretexto dos direitos humanos.

Obrigado, senhora presidente”.

ONU cobra da Casa Branca rapidez no fechamento da prisão de Guantánamo

Especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) se posicionaram nesta terça-feira (23) diante anúncio de Biden de sua intenção de fechar a prisão de Guantánamo até o final de seu mandato, pedindo urgência na medida.

Localizado em território cubano anexado ilegalmente pelos norte-americanos, o presídio militar ficou mundialmente conhecido pelos hediondos crimes que o converteram em um centro de torturas, fartamente denunciadas. Afogamento, cachorros, ratos e choques eram alguns dos métodos utilizados pelos agentes da Agência Central de Inteligência (CIA) contra presos sem roupa.

Dois grupos da ONU – um especializado em desaparecimentos e detenções arbitrarias e outro em direitos

humanos – pediram pressa, ainda mais, reiteraram, por tratar-se de incontestáveis e brutais violações de direitos sofridas ao longo de vários anos.

“No 20º aniversário de 11 de setembro de 2001, pedimos transparência, compreensão e responsabilidade pelo funcionamento e legado da prisão”, afirmam os especialistas, recordando que muitos dos presos envelheceram atrás das grades sem direito à Justiça. De forma desumana, são 40 presos que continuam ali, se encontrando debilitados em razão das “torturas físicas e mentais” recebidas. “Insistimos na necessidade de rejeitar as políticas e práticas que levaram à criação da prisão, com o objetivo de prevenir a re-

petição dessas práticas que violam o direito internacional”, acrescentam.

Os especialistas das Nações Unidas sublinham a necessidade de que os desaparecidos, torturados e detidos arbitrariamente tenham um julgamento justo e recebam “as indenizações pertinentes”. Pedem também às autoridades norte-americanas que promovam “investigações imparciais e independentes” sobre as violações de direitos e abusos praticados. “As democracias podem e devem fazer melhor e os EUA devem deixar para trás este capítulo sombrio de sua história”, defendem os especialistas.

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Embora os Estados Unidos tenham apenas cerca de 4% da população global, registraram quase 20% de todas as mortes por Covid-19

O Dr. Anthony Fauci, especialista-chefe no trabalho com doenças infecciosas dos Estados Unidos, condenou a postura irresponsável de Trump diante da Covid e declara que ela foi causadora do número “impressionante” de mortes pela Covid-19 no país, que ultrapassou 500.000 vidas perdidas.

Em entrevista à Agência Reuters, Fauci disse na segunda-feira (22) que a pandemia chegou aos EUA enquanto o país era vitimado pela estupidez na qual até o uso de máscaras se transformou em indicação de orientação política, em vez de uma necessária medida de saúde pública.

Durante a maior parte de 2020, Fauci serviu na Força-Tarefa Coronavírus da Casa Branca, sede do governo, um trabalho que muitas vezes o colocava em desacordo com o então presidente Trump, que constantemente minimizava a gravidade da pandemia e que acabou por contrair a Covid-19, exatamente por circular em aglomerações e na Casa Branca sem usar máscara e que, mesmo depois disso, se recusou a emitir um mandato de uso obrigatório de máscara e contra aglomerações.

Trump atacou várias vezes a credibilidade de Fauci, minando suas mensagens de saúde pública e, segundo ele, o que acabou acontecendo foi a tragédia: “um país rico e sofisticado teve o maior percentual de mortes e foi o mais atingido do mundo”.

“Isso eu acredito que não deveria ter acontecido”, declarou o diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas.

Embora os Estados Unidos tenham apenas cerca de 4% da população global,

registraram quase 20% de todas as mortes por Covid-19.

“Esta é a pior coisa que aconteceu a este país no que diz respeito à saúde da nação em mais de 100 anos”, registrou Fauci, acrescentando que daqui a décadas as pessoas estarão falando sobre “aquele ano horrível de 2020”.

“A falta de envolvimento do topo da liderança em tentar fazer tudo que fosse baseado na ciência foi claramente prejudicial ao esforço”, afirmou.

Ele chamou o desrespeito de governadores e prefeitos de vários Estados e cidades que, seguindo Trump, desconsideraram as recomendações da Força-Tarefa sobre como reabrir o país com segurança após os bloqueios da primavera de “incompreensível para mim (quando) se podia ver bem diante dos olhos o que estava acontecendo”.

“Quando o espírito americano está tão dividido, isso realmente me deixa triste”, disse.

Fauci e o presidente Biden consideraram que os Estados Unidos deveriam retornar a algo próximo à vida normal pré-pandêmica perto do Natal. Porém, advertiram que isso pode mudar.

As variantes também mudam a equação quando se trata de imunidade de rebanho, na qual uma população fica protegida da infecção por causa dos altos níveis de imunidade de vacinas ou infecções.

Os Estados Unidos se tornaram o primeiro país a ultrapassar a marca de 500 mil mortes causadas pela Covid-19, segundo levantamento da Universidade Johns Hopkins. Na terça-feira (23), o país já somava 500.585 óbitos desde o início da pandemia, além de 28.194.534 casos confirmados.

Anistia Internacional retira do neonazi russo Navalny o falso rótulo de ‘prisioneiro de consciência’

Diante das notórias declarações xenófobas de Alexei Navalny, cuja existência não é mais possível abafar, a Anistia Internacional retirou dele na quarta-feira (24) a designação de “prisioneiro de consciência”, que anunciara após o suposto ‘blogueiro russo’ ser condenado a cumprir pena de 2,5 anos por fraudes contra uma empresa de cosméticos francesa e outra empresa russa.

Como até o New York Times e o Guardian já tiveram de confirmar, Navalny comparou muçulmanos e imigrantes do Cáucaso a “baratas”, que aconselhou a exterminar a tiro. “Não tenho nada do que me arrepender”, disse Navalny anos depois, sobre tais declarações.

A Anistia disse que “não é mais capaz de considerar” Navalny um prisioneiro de consciência porque ele “defendia a violência e a discriminação” e nunca se retratou de nenhuma dessas declarações que fez no passado.

“Sim, não usaremos mais a frase ‘prisioneiro de consciência’ ao nos referirmos a ele, já que nosso departamento jurídico e político estudou as declarações de Navalny em meados dos anos 2000 e concluiu que elas se qualificam como discurso de ódio”, disse o diretor da Anistia Internacional Aleksandr Artemyev ao portal Mediazona.

Antes do curso de verão em Yale em 2010, de onde saiu formado em ‘combatente anti-corrupção’, graças a uma bolsa articulada pela embaixada dos EUA em Moscou, Navalny era um dos chefes dos neonazistas, skinheads e xenófobos da “Marcha Russa” e até foi expulso do partido liberal Yabloco “por suas inclinações de extrema-direita”.

Realmente, ficaria muito difícil para a AI compatibilizar sua imagem de defensora dos

direitos humanos com aquele discurso abjeto e tosco, disponível no youtube do próprio Navalny, em que ele exhibe uma pistola fumegante depois de abater a tiro um imigrante/barata.

Feita a ressalva, a Anistia voltou a “exigir sua libertação imediata”, a pretexto de que a condenação fora, não por causa das fraudes cometidas, mas por “ativismo antigovernamental”.

A prisão de Navalny se refere a um caso de 2014, quando ele foi considerado culpado de desvio de 30 milhões de rublos (\$ 400.000) de duas empresas, incluindo a marca francesa de cosméticos Yves Rocher.

Naquela época, ele teve a pena suspensa, cujos termos violou posteriormente – aliás, repetidamente –, de acordo com a última decisão do tribunal. Assim, sua pena suspensa foi convertida em real.

Recentemente, a porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, chamou Navalny de “agente da Otan”, após integrantes de sua tropa clamarem por “mais sanções” contra a Rússia.

Os órgãos de segurança russos divulgaram um vídeo que mostra o diretor-executivo da ‘ong anti-corrupção’ de Navalny, reunido em um restaurante de Moscou com um agente do serviço secreto britânico, em que solicita a Londres que abra a torneira para facilitar o ‘combate à corrupção’.

“Se tivéssemos mais dinheiro, com certeza expandiríamos nossa equipe. Quem gasta aqui ... sei lá, 10, 20 milhões de dólares por ano em apoio vai ver um quadro completamente diferente. E para aqueles com bilhões em jogo, não é tanto dinheiro”, disse Vladimir Ashurkov. Tudo devidamente gravado e registrado. Ele já fugiu para Londres faz tempo.



Fabricante admite: “fadiga de metal” das hélices do motor pode estar provocando os acidentes

Pane em turbina obriga Boeing 777 a pouso de emergência em Moscou

Um Boeing 777 necessitou realizar um pouso de emergência nesta sexta-feira (26) em Moscou após apresentar falhas no sensor do motor. A tensão foi grande pois o problema ocorreu somente uma semana depois do incidente ocorrido com o mesmo tipo de aeronave nos Estados Unidos.

Felizmente o pouso ocorreu sem danos. No sábado passado, o motor direito de um Boeing 777, da United Airlines, explodiu no ar logo depois de decolar em Denver, nos Estados Unidos, em um voo com destino a Honolulu, no Havaí. No instante do acidente havia 231 passageiros a bordo e 10 tripulantes, obrigando os pilotos a retornarem imediatamente ao aeroporto de origem, deixando um rastro de destroços por quilômetros. O acidente, conforme reconheceu a Boeing, teria sido causado por “fadiga do metal” das hélices do motor. Os pilotos conseguiram pousar sem deixar feridos.

O avião que realizou o pouso emergencial em Moscou é da companhia aérea Rossiya Air.

Frente à gravidade do ocorrido no sábado, o governo do Japão e as duas principais empresas aéreas da Coreia do Sul já haviam anunciado no início da semana a suspensão de todos os voos com Boeings 777. A medida foi tomada após a agência federal de aviação dos EUA (FAA) ordenar “inspeções de emergência” à turbina que pegou fogo no ar e deixou um rastro de destroços por quilômetros.

Até mesmo a fabricante de aeronaves estadunidense, que esperava por dias melhores pós-escândalo do modelo 737 Max, orientou às empresas que aterrem aviões desse modelo equipados com motores Pratt & Whitney PW4000, até que as investigações sejam concluídas. São 128 os Boeing 777 equipados com o mesmo modelo de motor que explodiu e que terão que permanecer em terra, afirmou um porta-voz.

A fabricante de aeronaves estadunidenses tinha apresentado graves problemas nos últimos anos com outro de seus modelos, o 737 Max. O avião foi proibido de voar em março de 2019, após dois acidentes que mataram 346 pessoas: o da Lion Air, na Indonésia, em outubro de 2018 (189 mortos) e o da Ethiopian Airlines, em março de 2019, na Etiópia (157 mortos)

AstraZeneca entregará à União Europeia menos da metade das doses acordadas

A AstraZeneca comunicou à União Europeia que não poderá entregar todas as doses da vacina contra a Covid-19 acordadas para o segundo trimestre do ano. Como assinalou à agência de notícias Reuters uma autoridade da UE na quarta-feira (24), a gigante farmacêutica reconheceu que espera entregar menos da metade das vacinas acordadas.

O ‘imprevisto’ ameaça inviabilizar a meta da União Europeia de vacinar 70% da população adulta no verão.

A empresa havia se comprometido a entregar 180 milhões de doses de sua vacina contra o coronavírus para a UE durante o segundo trimestre do ano. No entanto, segundo a UE, a Astra Zeneca “entregaria menos de 90 milhões de doses no segundo trimestre”. A AstraZeneca não contestou a informação, mas emitiu nota para se autoelogiar sobre seus esforços em prol da vacinação.

É a terceira vez que a Astra Zeneca deixa de cumprir o acordo de fornecimento de sua vacina à UE. Em janeiro, a farmacêutica comunicou que por problemas de produção não cumpriria seus compromissos. Antes, no último trimestre de 2020, já deixara de entregar 30 milhões de doses,

alegando que a vacina ainda não tinha sido aprovada pelas autoridades competentes da União Europeia.

Tudo computado, a Astra Zeneca assevera poder fornecer à UE cerca de 130 milhões de doses da vacina contra o coronavírus até o final de junho – bem menos que os 300 milhões de doses de imunizante prometidos.

Para complicar, as demais empresas farmacêuticas com vacinas licenciadas pela UE, Pfizer-BioNTech e Moderna, também informaram atrasos nas entregas ao bloco europeu de vacinas contra a Covid-19.

A questão do descumprimento de contratos de parte das gigantes farmacêuticas já havia sido denunciado pela deputada da Esquerda Unida ao parlamento europeu, Sira Rego, em que esta apontava que “supercontratos bilionários” firmados pela Comissão Europeia (o órgão executivo do bloco europeu) viravam ‘papel molhado’, com o cartel simplesmente dizendo que não ia cumprir, apesar do enorme investimento público para apoiar o desenvolvimento e produção dos imunizantes. O acordo da UE com a AstraZeneca foi assinado em agosto do ano passado.

Leia mais no site do HP

“Cinema Soviético e Russo em Casa” apresenta sua programação de março

Exibições online e gratuitas de 22 longas durante toda a Mostra incluem clássicos de Eisenstein, Bondarchuk e Kurosawa

O projeto “Cinema Soviético e Russo em Casa”, do CPC-UMES Filmes, iniciado em janeiro, continua em março com mais quatro filmes: “A Balada do Soldado” (1959), de Grigori Chukhrai; “Quando Voam as Cegonhas” (1957), de Mikhail Kalatozov; “Tigre Branco” (2012), de Karen Shakhnazarov; e “O Caminho para Berlim” (2015), de Serguei Popov.

“Cinema Soviético e Russo em Casa” inclui 22 longas dos mais variados gêneros na programação deste semestre. Filmes de importantes diretores como Serguei Eisenstein, Grigori Chukhrai, Karen Shakhnazarov e Andrei Tarkovsky. As exibições são a partir de matrizes restauradas pelo próprio Estúdio Mosfilm, o maior e mais importante estúdio de cinema da Rússia.

O projeto “Cinema Soviético e Russo em Casa” é uma realização do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES), que distribui e comercializa no Brasil, em DVD e Blu-Ray, Streaming, TV e Cinema os filmes produzi-



dos pelo Estúdio Mosfilm.

Como funciona? Cada filme estará disponível toda sexta-feira a partir das 19h e poderá ser assistido até as 19h do domingo.

Para assistir o filme, basta acessar o canal CPC-UMES Filmes no Youtube no horário da exibição: <http://bit.ly/CPCUMES-Filmes>

Aproveite e ative as notificações do canal para receber as novidades do CPC-UMES Filmes.

Confira a programação de março:

05/03 – A BALADA DO SOLDADO

12/03 – QUANDO VOAM AS CEGONHAS

19/03 – TIGRE BRANCO

26/03 – O CAMINHO PARA BERLIM

Sinopses dos filmes

A BALADA DO SOLDADO

1959 / P&B / 88 MIN. / GUERRA

Direção: Grigori Chukhrai / Argumento original: Grigori Chukhrai e Valentin Yezhov / Música: Mikhail Ziv

Sinopse: Durante a 2ª Guerra, o soldado Alyosha destrói dois tanques alemães. Ao invés de uma medalha, pede uma licença para visitar a mãe. Na jornada, o jovem compartilha com o povo os sacrifícios da vida na retaguarda. Premiado nos festivais de Cannes, São Francisco, Londres e Milão.

QUANDO VOAM AS CEGONHAS

1957 / P&B / 96 MIN. / DRAMA

Direção: Mikhail Kalatozov / Argumento e Roteiro: Viktor Rozov / Música: Moisey Vaynberg

Sinopse: Veronika e Boris, um jovem casal de namorados, é separado pela convocação do rapaz para o Exército Vermelho durante a 2ª Guerra Mundial. Ansiosa por notícias do front, a moça é acolhida pela família de Boris quando sua casa é destruída por um bombardeio, e acaba forçada a se envolver com o primo do rapaz, com quem resignadamente se casa, mas continua a esperar por Boris. Palma de Ouro no Festival de Cannes (1958).

TIGRE BRANCO

2012 / COR / 104 MIN. / GUERRA

Direção: Karen Shakhnazarov / Argumento Original: Ilya Boyashov / Música Original: Yuri Poteenko e Konstantin Shevelov

Sinopse: Encontrado quase morto entre destroços no campo de batalha, o tanquista Ivan Naidionov tem uma recuperação surpreendente, que desafia a capacidade de compreensão dos médicos. Mais misteriosa se torna a história quando ele revela que foi atingido pelo Tigre Branco, indestrutível tanque alemão que surge e desaparece por encanto, deixando um rastro de destruição e morte.

O CAMINHO PARA BERLIM

2015 / COR / 82 MIN. / GUERRA

Direção: Serguei Popov / Argumento Original: Emmanuil Kazakevich e Konstantin Simonov / Música: Roman Dormidoshin

Sinopse: Condenado, por covardia, ao fuzilamento, tenente russo tem várias oportunidades de escapar, enquanto cruza a estepe escoltado por soldado cazaque até o posto de comando. Baseado em escritos de Konstantin Simonov e Emmanuil Kazakevich, o filme foi lançado por ocasião do 70º aniversário da vitória do Exército Vermelho sobre o fascismo.



“Tigre Branco” (2012), filme de Karen Shakhnazarov, é o terceiro na programação de março (fotos: divulgação)



Acima, “A Balada do Soldado”, de Grigori Chukhrai, que abre a programação na próxima sexta-feira (5). Ao lado, “Quando Voam as Cegonhas”, de Mikhail Kalatozov e, abaixo, “O Caminho para Berlim”, de Serguei Popov

